

Ofício 035/2018

A SEDESTEMIDH – Secretaria de Desenvolvimento Social

Secretário Adjunto : Sr. Thales Mendes Ferreira

A/C: Sr. Alexandre Reis Mat. 103.606-8 - Centro Pop Brasília

Gestor do Termo de Colaboração nº 01/2017, celebrado entre o GDF, por meio da SEDESTEMIDH e a Associação Cultural Namastê, processo SEI nº 00431-00010757/2017-42

Senhor Thalles Mendes Ferreira,

A Associação Cultural Namastê mantém, com essa Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social, o Termo de Cooperação nº 01/2017, que tem por objeto a realização de atividades voltadas a inserção social de pessoas em situação de rua que fazem uso abusivo de drogas – Projeto Cuidando da Vida.

O referido ajuste é financiado com recursos da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça, por meio do Convênio nº 814349/2014, que possui atualmente saldo oriundo de rendimento de aplicação.

Visando a utilização do referido recurso no aprimoramento do Projeto Cuidando da Vida, apresentamos em setembro de 2017, plano de trabalho com vistas à celebração de termo aditivo ao Termo de Cooperação 01/2017, o que foi devidamente aprovado pela SENAD, conforme registro no SICONV. Entretanto, até o presente momento, o referido termo aditivo não foi firmado, segundo informações dessa Secretaria, devido a impedimentos orçamentários referentes a virada do ano orçamentário.

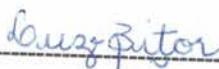
Ocorre que, devido ao prazo decorrido, as necessidades do projeto foram se modificando, sendo necessária a atualização do plano de trabalho anteriormente proposto, remanejando algumas despesas propostas e ampliando o prazo de execução, possibilitando a conclusão do projeto de forma adequada e responsável.

Isto posto, apresento novo plano de trabalho que aumenta despesas no valor de R\$146.820,00 (cento e quarenta e seis mil e oitocentos e vinte reais) e ampliação do cronograma de execução para até dezembro de 2018, a serem realizadas por meio de termo aditivo.

Ressalto que a proposta de utilização dos recursos de rendimento envolve o aumento das despesas de salário e transporte pelo motivo da ampliação 7 meses a mais do previsto de vigência do Projeto Cuidando da Vida.

Certos de contar com o apoio e parceria desta secretaria, renovamos nossos mais sinceros agradecimentos.

Respeitosamente,




Luciana Vitor Dias
Presidente

LUCIANA VITOR DIAS

Presidente

3ª Avenida Area Especial 04 Casa Social e Cultural do Núcleo Bandeirante. Email
projetosnamaste@gmail.com 30214694/992600405



SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SOCIAL,
MULHERES, IGUALDADE RACIAL E DIREITOS HUMANOS DO DISTRITO
FEDERAL – SEDESTMIDH/DF

1. DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade:	ASSOCIAÇÃO CULTURAL NAMASTÊ	
Endereço:	3º Avenida, AE 04, Casa Social e Cultural do Núcleo Bandeirante	
CNPJ/MF:	10.457.936/0001-08	
Cidade:	Núcleo Bandeirante	
CEP:	DF: 71725-000	
Conta Corrente:	Banco: BRB	Agência: 100
e-mail:	[REDACTED]	
Nome do Dirigente (Responsável):	LUCIANA VITOR DIAS	
CPF:	[REDACTED]	
CI/Órgão Expedidor:	[REDACTED]	
Endereço:	[REDACTED]	
CEP:	[REDACTED]	

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE

2.1. APRESENTAÇÃO

O Projeto Cuidando da Vida retoma, sobre novas bases, uma importante experiência intersetorial desenvolvida no Distrito Federal no ano de 2014, que teve como beneficiários pessoas em situação de rua, usuárias de álcool, crack e outras drogas, concentradas na área

central de Brasília e, também, no centro de Taguatinga. A chamada Tenda Viva contou, à época, com profissionais de diversos serviços da Assistência Social, Saúde, Educação, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, com vistas a uma abordagem inicial de sensibilização do público e posterior identificação das suas principais demandas. As ações de atendimento combinaram estratégias de redução de danos, ações locais de saúde e oferta de acolhimento institucional, entre outras.

A avaliação da experiência anterior sugere a necessidade de revisão da metodologia utilizada, pela ampliação e diversificação das ofertas ao público referenciado, a partir de estratégias de incentivo à sua participação na definição das próprias ofertas, numa visão integral que ultrapassa as demandas por serviços de saúde e, ou socioassistenciais e avança por outras necessidades subjetivas e, também, concretas, relacionadas à sua história, condição de vida e sustento. Destacam-se, neste sentido, os eixos estratégicos da moradia, do trabalho/qualificação profissional e das ações articuladas de cultura, esporte e lazer.

O Projeto alinha-se, nos seus fundamentos, às exitosas experiências de projetos similares em outros municípios e estados brasileiros, como o Programa Atitudes – Atenção Integral aos Usuários de Drogas e seus Familiares, do governo do estado de Pernambuco, e o Programa “De Braços Abertos”, da prefeitura municipal de São Paulo.

O projeto será desenvolvido em parceria com a Revista Traços, projeto social com notórios resultados na redução de danos, na geração de renda e na ressocialização das pessoas em situação de rua. O projeto é hoje o maior responsável por propiciar visibilidade a pessoas em situação de rua, bem como ampla articulação de políticas públicas em benefício deste público.

A parceria com a Revista Traços proporcionará boa articulação com setores da cultura local, acesso imediato a renda para as pessoas que optarem em atuar nas vendas de revistas, bem como acesso a ampla rede de cuidado, proteção e terapêutica já articulada pelo projeto sob coordenação da Associação Cultural Namastê.

2.2. JUSTIFICATIVA

O contexto epidemiológico brasileiro do consumo de substâncias psicoativas, de severas consequências sanitárias e sociais, além de demandas mobilizadoras de respostas complexas, interdisciplinares e intersetoriais, convoca diferentes setores do governo e da sociedade civil a participarem do processo de criação e ampliação de uma rede substitutiva de

atenção, com vistas à prevenção, promoção da saúde, tratamento e redução de riscos e danos sociais e à saúde.

A complexidade de fatores intrínsecos ao contexto do uso prejudicial de substâncias psicoativas reforça o necessário avanço e implementação das Políticas Públicas voltadas para atenção integral aos usuários de crack, álcool e outras drogas.

A baixa procura por cuidados, por parte dessa população, o baixo acesso aos serviços da rede e, para agravar, o predomínio de ofertas de cuidado baseadas exclusivamente na abstinência, no interior de instituições sociais e de saúde, têm excluído uma parcela significativa de usuários das ações de assistência e prevenção.

Trata-se de um distanciamento histórico entre serviços da rede intersetorial e a população usuária de drogas, que traduz a necessidade de articular respostas biopsicossociais não unilaterais e reducionistas, e sim mais integrais e integradas. Significa sair da lógica da abordagem única, substituir um modelo assistencial pautado na hegemonia do modelo biomédico, diversificar as alternativas e ofertas, além de criar um movimento de aproximação dessa população com uma rede de serviços pautada no respeito às diferenças, na promoção de direitos humanos e da inclusão social e do enfrentamento do estigma.

Além disso, a complexidade das variáveis envolvidas no cenário do consumo prejudicial das substâncias psicoativas tem aumentado não apenas a necessidade de atendimento às demandas imediatas de estruturação, ampliação e fortalecimento da rede de serviços de atenção à saúde e da rede de assistência social para o usuário de crack e outras drogas e seus familiares, como também a urgência de qualificação permanente dos profissionais que atuam na rede de atenção integral à saúde e na rede de assistência social.

O Cuidando da Vida é um projeto-piloto que persegue uma nova forma de ver, abordar e interagir com os usuários problemáticos de crack e outras drogas, em especial aqueles em situação de rua, para produzir uma inflexão nas suas trajetórias pessoais, rumo a uma melhor qualidade de vida. Dentro desta mesma lógica, a celebração de parceria com Organização da Sociedade Civil permite agregar saberes, fazeres e recursos diversos, para além dos serviços socioassistenciais tipificados, mas de forma complementar aos mesmos, para integrar e apoiar o esforço intersetorial que sustenta tais mudanças.

3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Realização das atividades do Projeto Cuidando da Vida, direcionado ao público em condição de alta vulnerabilidade social, em situação de rua e uso problemático de crack e

outras drogas, no âmbito do convênio SEDESTMIDH – SENAD/MJ nº 131/2014, de forma articulada e integrada com a rede intersetorial participante do Projeto, visando garantir o acesso das pessoas à moradia, qualificação profissional, renda e emprego, cultura, lazer, esporte e acesso às diversas políticas públicas visando garantir a reinserção de pessoas em situação de rua.

4. OBJETIVOS

4.1. OBJETIVO GERAL

Desenvolver o trabalho de reinserção social de pessoas em condição de alta vulnerabilidade, que se encontram em situação de rua e apresentam demandas/necessidades relacionadas ao consumo problemático de álcool, crack e outras drogas, ofertando-lhes, numa perspectiva de adesão voluntária, moradia, trabalho, esporte, cultura, alimentação e acesso às políticas públicas, de modo a contribuir para o desenvolvimento de autonomia, protagonismo, dignidade, defesa de direitos e qualificação da convivência comunitária.

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Contribuir para a superação de barreiras de acesso aos serviços públicos e consequente melhoria das condições gerais de higiene e saúde dos usuários de crack e outras drogas que vivem nas ruas, em território focalizado pelo Projeto.
2. Promover o acompanhamento psicossocial com foco no desenvolvimento social e realização de projeto de vida.
3. Desenvolver uma tecnologia social de intervenção com população em situação de rua com foco em moradia, trabalho e redução de uso de drogas.
4. Contribuir com a emancipação e a autonomia financeira dos beneficiários, por meio de ações de qualificação profissional, empreendedorismo, geração de renda, com acesso ao mercado formal e informal de trabalho.
5. Desenvolver um contrato de convivência por tempo determinado, com foco em acordos e regras de convivência sociocomunitária: limites, responsabilização, direitos.
6. Trabalhar o empoderamento das crianças, adolescente e adultos tendo em vista os seus direitos previstos no ECA, Lei M^a da Penha, Estatuto do Idoso, Estatuto da Pessoa com Deficiência, SUS e SUAS.
7. Promover a redução de riscos e danos associados ao uso problemático de drogas e a melhoria da qualidade de vida do público referenciado.
8. Modificar o padrão de consumo de drogas de parte dos usuários, no sentido de favorecer maior autonomia e funcionalidade.
9. Reduzir os índices de violência apurados pelos indicadores de segurança pública no território focalizado no Projeto.

10. Desenvolver e validar metodologia que possam ser aplicadas em outros contextos e territórios do Distrito Federal em que haja cenas abertas de uso de crack e outras drogas.
11. Promover ações de esporte, lazer e cultura, bem como o acesso qualificado a estas áreas por meio de diversas parcerias, propiciando ao beneficiário participação em diversas atividades.

5. PÚBLICO REFERENCIADO

O projeto é direcionado prioritariamente ao apoio e desenvolvimento de qualidade de vida, fortalecimento de vínculo e acesso a direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos que se encontram em situação de rua, alta vulnerabilidade social, sobretudo pelo uso problemático de drogas.

Para tanto, o projeto visa atender até 200 pessoas nessa situação social, por período de 1 (um) ano, tendo como prioridade absoluta a atenção a crianças, adolescentes e jovens, com amparo da legislação pertinente.

O público alvo será referenciado como parceiro que de acordo com a Metodologia de Tratamento Comunitário (Milanese, 2012), somos sócios e trabalhamos a partir da necessidade de ambos, na qual o relacionamento estabelece uma relação de compartilhamento mútuo. Em outros momentos será identificado como porta-voz da cultura, quando o foco se direcionar ao trabalho de geração de renda desenvolvido pela Revista Traços, onde o trabalho diretamente com a cultura compreende a pessoa inserida nesse projeto como um transmissor de cultura a partir das vendas.

6. METAS

Meta 1 – Envolvimento de 160 pessoas por meio das mais diversas ações de vinculação, garantindo atendimento em pelo menos uma das seguintes áreas: documentação civil, atenção à saúde, vestuário, alimentação, esporte, cultura, lazer, família, orientações sobre drogas e consumo menos prejudicial de substâncias;

Meta 2 – Promoção do acesso qualificado e acompanhado a moradia para 20 pessoas, do público mais vulnerável.

Meta 3 – Realização de qualificação profissional e o acesso a renda para 20 pessoas;

Meta 4 – Promoção do acesso à cultura, lazer e esporte para 100 pessoas envolvidas no projeto, por meio de oficinas e da participação organizada e articulada em eventos, atividades de esporte e lazer

Meta 5 - Desenvolvimento por meio de parcerias do processo comunitário e terapêutico para o tratamento de 40 pessoas relacionadas ao uso problemático de drogas, tendo em vista o trabalho com a comunidade no qual o parceiro está inserido, trabalhando por sua vez com a rede subjetiva do mesmo.

6.1. DETALHAMENTO PARA EXECUÇÃO DAS METAS

O detalhamento das metas contribuirá para o planejamento a partir do detalhamento das ações, e a citação das metodologias que serão utilizadas para uma maior eficácia e eficiência na execução das metas.

6.1.1. META 01 – AÇÕES DE VINCULAÇÃO

Meta 1 – Envolvimento de 160 pessoas por meio das mais diversas ações de vinculação, garantindo atendimento em pelo menos uma das seguintes áreas: documentação civil, atenção à saúde, vestuário, alimentação, esporte, cultura, lazer, família, orientações sobre drogas e consumo menos prejudicial de substâncias;

A **meta 01** pressupõe ações de vinculações a partir do atendimento nas demandas básicas solicitadas pelos parceiros atendidos. Percebe-se que a atuação da meta 01 será a partir do primeiro contato a fim de prosseguir com as metas posteriores, serão utilizadas diversas metodologias para o atendimento da meta.

Vide anexo do plano de trabalho, Proposta Metodológica, índices:

8. DO SUJEITO AO COLETIVO, DO SOCIAL AO INDIVIDUAL - *promover cidadania e autonomia*

9. REVISTA TRAÇOS: *inclusão econômico-cultural*

10. Acompanhamento

10.1 Grupo-focal com adultos

10.2 Intervenções com crianças e adolescentes

11. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

11.2 Acompanhamento Individual

11.2.2 Estrutura dos encontros individuais

11.3 Acompanhamento Coletivo

11.3.1 Objetivos da Roda de Conversa

11.3.2 Situação para atuar como mediador

11.3.3 Estrutura dos encontros coletivos

AÇÕES/ATIVIDADES - PARA REALIZAÇÃO DAS METAS

1 – Criação de espaço de convivência no setor comercial ou no Centro POP.

2 – Fortalecer a parceria com o Centro POP para emissão de documentos.

- 3 – Articular a participação das pessoas de rua em diversas atividades e/ou projetos de cunho cultural, esportivo ou de lazer.
- 4 – Realizar oficinas, debates, palestras e orientação individual sobre o uso abusivo de drogas e sobre o consumo menos prejudicial de substâncias.
- 5 – Promover assistência à saúde por meio do fortalecimento da parceria com o consultório na rua.

6.1.2. META 02 – ACESSO À MORADIA

Meta 2 – Promoção do acesso qualificado e acompanhado a moradia para 20 pessoas, do público mais vulnerável.

A **meta 02** que tem por objetivo o acesso a moradia que objetiva consolidar ações da Rede Social que atuem nas demandas desta população, dentre as quais: acompanhamento e tratamento de abusos ou dependência de drogas (lícitas, ilícitas ou prescritas); incentivo à qualificação a fim de desenvolverem novas habilidades para a geração de renda; e, gradualmente alcancem autonomia e emancipação para que possam decidir pela saída das ruas, com o aporte de aluguéis sociais. Serão utilizadas diversas metodologias para o atendimento da meta.

Vide anexo, Proposta Metodológica, índices:

8. DO SUJEITO AO COLETIVO, DO SOCIAL AO INDIVIDUAL - *promover cidadania e autonomia*
9. REVISTA TRAÇOS: *inclusão econômico-cultural*
10. ACOMPANHAMENTO
 - 10.1 Grupo focal com adultos
 - 10.2 Intervenção com crianças e adolescentes
11. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
 - 11.2 Acompanhamento Individual
 - 11.2.2 Estrutura dos encontros individuais
 - 11.3 Acompanhamento Coletivo
 - 11.3.1 Objetivos da Roda de Conversa
 - 11.3.2 Situação para atuar como mediador
 - 11.3.3 Estrutura dos encontros coletivos

AÇÕES/ATIVIDADES

- 1 – Selecionar 20 imóveis para locação com participação empoderada dos beneficiários.
- 2 – Promover o acompanhamento social de todos os beneficiários diretos do projeto com o acesso à moradia. O acompanhamento será responsável para ajudar na mediação de conflitos, planejamento de rotinas e financeiros, entre outros.
- 3 – Promover espaços de terapia comunitária visando refletir sobre a moradia.

6.1.3. META 03 – QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, ACESSO À RENDA

Meta 3 – Realização de qualificação profissional e o acesso à renda para 20 pessoas.

A **meta 03** tem como premissa que a cultura e educação são áreas indissociáveis que contribuem significativamente no processo de qualificação dos indivíduos. Elas corroboram no desenvolvimento humano pois fornecem instrumentos amplos de conhecimento, reconhecimento e autoconhecimento, constituindo-se como elementos primordiais no processo de reinserção social, atuando de forma integrada no processo de ressignificação da criminalidade e na expectativa de melhoria de vida. Serão utilizadas diversas metodologias para o atendimento da meta.

Vide anexo, Proposta Metodológica, índices:

2. OLHAR SISTÊMICO: SINGULARIDADES, DIFERENÇAS E DEMANDAS ESPECÍFICAS - *recortes sociais de idade/gênero/raça/etnia e poder.*
- 2.1 Crianças e adolescentes em situação de rua.
 - 2.1.1 Enfrentar o trabalho infanto-juvenil
3. TRABALHAR COM A REDE SOCIAL LOCAL - *não inventar a roda.*
4. TRABALHO COM CRIANÇA E ADOLESCENTE
5. USO PROBLEMÁTICO DE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS
6. EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA - *estratégia de vinculação com crianças e adolescentes*
7. EDUCADOR TERAPÊUTICO - *estratégia de vínculo com crianças e adolescentes em situação de rua*
8. DO SUJEITO AO COLETIVO, DO SOCIAL AO INDIVIDUAL - *promover cidadania e autonomia*
9. REVISTA TRAÇOS: *inclusão econômico-cultural*
10. ACOMPANHAMENTO e seguintes.

AÇÕES/ATIVIDADES

- 1 – Inscrever, qualificar e treinar 4 pessoas para atuarem como vendedores na Revista Traços;
- 2 – Realizar parceria com outras instituições para a oferta de curso de qualificação profissional para 25 pessoas;
- 3 – Realizar busca ativa de empregos, visando a colocação de até 7 pessoas no mercado de trabalho.
- 4 - Estabelecer parceria com o Programa Jovem Aprendiz, ou similar, visando a geração de oportunidade para jovens e adolescente.

6.1.4. META 04 – CULTURA, LAZER E ESPORTE

Meta 4 – Promoção do acesso à cultura, lazer e esporte para 100 pessoas envolvidas no projeto, por meio de oficinas ou da participação organizada e articulada em eventos, atividades de esporte e lazer.

Vide anexo, Proposta Metodológica, índices:

- 1.3. A rua como continente afetivo - *o cuidado e a autonomia como desafios*
- 2.1. Crianças e adolescentes em situação de rua
 - 2.1.1. Enfrentar o trabalho infanto-juvenil
- 3. TRABALHAR COM A REDE SOCIAL LOCAL - *não inventar a roda.*
- 4. TRABALHO COM CRIANÇA E ADOLESCENTE
- 5. USO PROBLEMÁTICO DE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS
- 6. EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA - *estratégia de vinculação com crianças e adolescentes*
- 7. EDUCADOR TERAPÊUTICO - *estratégia de vínculo com crianças e adolescentes em situação de rua*
- 10.2 Intervenções com crianças e adolescentes
- 11. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL
 - 11.2. Acompanhamento Individual
 - 11.2.2 Estrutura dos encontros individuais
 - 11.3 Acompanhamento Coletivo
 - 11.3.1 Objetivos da Roda de Conversa
 - 11.3.2 Situação para atuar como mediador
 - 11.3.3 Estrutura dos encontros coletivos

AÇÕES/ATIVIDADES

- 1 – Por meio de parcerias, incluir as pessoas envolvidas em atividades culturais e esportivas, dependendo do interesse;
- 2 – Realizar parcerias com clubes ou outros estabelecimentos para a prática de esportes dos participantes do projeto;
- 3 - Utilizar equipamentos públicos para prática de atividades de esporte e cultura;
- 4 – Realizar 12 oficinas de cultura com as linguagens definidas com a participação dos envolvidos.
- 5 – Oferecer aula de dança cigana, a partir da experiência da Namastê, para adolescentes, jovens e adultos.
- 6 – Criar espaço de convivência com atividades de lazer e esporte no Setor Comercial Sul ou no Centro POP

6.1.5. META 05 – REDUÇÃO DE DANOS

Meta 5 - Desenvolvimento por meio de parcerias do processo comunitário e terapêutico para o tratamento de 40 pessoas relacionadas ao uso problemático de drogas, tendo em vista o trabalho com a comunidade no qual o parceiro está inserido, trabalhando por sua vez com a rede subjetiva do mesmo.

A **meta 05** será desenvolvida a partir de ações de prevenção e de tratamento comunitário. O trabalho com a população em situação de rua será voltado para seguimentos de caso, onde a rua será o principal espaço para construção do dispositivo de intervenção.

Vide anexo, Proposta Metodológica, índices:

- 1.1. Cultura enquanto inserção social e resgate de direitos
- 1.2. A pessoas em situação de rua
- 1.3. A rua como continente afetivo - *o cuidado e a autonomia como desafios*
2. OLHAR SISTÊMICO: SINGULARIDADES, DIFERENÇAS E DEMANDAS ESPECÍFICAS - *recortes sociais de idade/gênero/raça/etnia e poder.*
- 2.1. Crianças e adolescentes em situação de rua
- 2.1.1. Enfrentar o trabalho infanto-juvenil
- 2.2. A mulher em situação de rua
3. TRABALHAR COM A REDE SOCIAL LOCAL - *não inventar a roda.*
4. TRABALHO COM CRIANÇA E ADOLESCENTE
5. USO PROBLEMÁTICO DE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS
6. EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA - *estratégia de vinculação com crianças e adolescentes*
7. EDUCADOR TERAPÊUTICO - *estratégia de vínculo com crianças e adolescentes em situação de rua*
8. DO SUJEITO AO COLETIVO, DO SOCIAL AO INDIVIDUAL - *promover cidadania e autonomia*
9. REVISTA TRAÇOS: *inclusão econômico-cultural*
10. ACOMPANHAMENTO e seguintes.

AÇÕES/ATIVIDADES

1. Trabalhar a partir Sistema Estratégico de Tratamento (SET);
2. Criar espaços de escuta;
3. Elaborar o registro de sistematização das informações do primeiro contato;
4. Identificar as redes subjetivas comunitárias do parceiro;
5. Identificar quais são os recursos;
6. Trabalhar em conjunto com as redes institucionais.

6.2. PROGRAMA DE EXECUÇÃO DAS METAS (ETAPAS)

6.2.1. ETAPA I - CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE TRABALHO E MONTAGEM DA INFRAESTRUTURA DE APOIO

1. Articulação e pactuação da entidade selecionada com os órgãos públicos que integram o Projeto Cuidando da Vida, no sentido do estabelecimento das respectivas competências e responsabilidades;
2. Identificação e cessão, pelos órgãos parceiros, de materiais permanentes necessários ao Projeto, para a montagem da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades;
3. Montagem da base de apoio o Projeto Cuidando da Vida;
4. Composição e estruturação da equipe dedicada ao Projeto, por meio da seleção e contratação dos profissionais previstos no Plano de Trabalho;
5. Capacitação inicial da equipe, por parte da SEDESTMIDH, para nivelamento teórico, compartilhamento de princípios e objetivos gerais do Projeto.
6. Aquisição de materiais de consumo necessários às atividades de campo e administrativas;

7. Locação de equipamentos de informática necessários ao registro das atividades de campo;
8. Locação de veículo, com motorista, prevista no Plano de Trabalho;
9. Seleção de profissional gabaritado para ofertar a atividade semanal de supervisão externa de rede, extensiva a toda a equipe do Projeto;
10. Reconhecimento do espaço comunitário, com mapeamento do público de referência, identificação de líderes de opinião e demais recursos disponíveis no território;
11. Processo ativo de busca e implementação de estratégias diversas de vinculação com o público referenciado.

Duração da Etapa I: 1º ao 3º mês de execução do Projeto.

Metas a serem alcançadas na Etapa I:

1. Equipe de trabalho constituída e capacitada para iniciar as atividades de campo;
2. Infraestrutura de apoio estabelecida, dispondo-se de base física, materiais de consumo, transporte e supervisão externa de rede;
3. Ter fortalecido a parceria com o Centro POP, consultório na rua e outros parceiros fundamentais.
4. Público de referência mapeado, com os principais líderes de opinião e recursos do território identificado;
5. ter realizado espaços de debate, rodas de conversas, reflexões sobre o uso problemático de drogas;
6. 40 pessoas (20%) do público referenciado alcançadas pelas estratégias de vinculação, com Folha de Primeiro Contato preenchida, e atendimento em pelo menos uma das seguintes áreas de atividades: documentação civil, atenção à saúde, vestuário, alimentação, esporte, cultura, lazer, família, orientações sobre drogas e consumo menos prejudicial de substâncias e com segmento de caso.

6.2.2. ETAPA II - ROMPENDO A INVISIBILIDADE E PROMOVENDO O ENCONTRO

1. Continuidade do processo ativo de busca e implementação de estratégias para o estabelecimento de vínculo com o público referenciado;
2. Desenvolvimento e implementação da programação do Projeto Cuidando da Vida, no tocante às atividades de cultura, esporte e lazer, no sentido de consolidá-lo como espaço de encontro e convivência;
3. Viabilização de 20 vagas de moradias, ofertadas com base na metodologia Housing First, para grupo prioritário identificado e definido em conjunto com as equipes do Centro Pop Brasília e do CAPS AD III Candango;
4. Acompanhamento psicossocial de todos os beneficiários atendidos com os auxílios alugueis;
5. Estabelecimento de processo coletivo e participativo juntos aos usuários para levantamento de demandas e validação e/ou revisão dos procedimentos e ofertas de bens e serviços do Projeto Cuidando da Vida;
6. Estabelecimento de diálogos com outros projetos de mesma natureza com expressão nacional visando ao enriquecimento da experiência local.

7. Promoção de espaços de terapia comunitária visando proporcionar espaços de reflexão sobre moradia.

Duração da Etapa II: 4º ao 6º mês de execução do Projeto.

Metas a serem alcançadas na Etapa II:

1. 20 pessoas do núcleo mais vulnerável do público referenciado acessando aluguel residencial;
2. 80 pessoas (40%) do público referenciado alcançadas pelas estratégias de vinculação, com Folha de Primeiro Contato preenchida e atendimento em pelo menos uma das seguintes áreas de atividades: documentação civil, atenção à saúde, vestuário, alimentação, esporte, cultura, lazer, família, orientações sobre drogas e consumo menos prejudicial de substâncias;
3. 20 pessoas (10%) do público referenciado participando de atividades articuladas de esporte, lazer e cultura;
4. Todas as crianças e adolescentes em situação de rua presentes no território possuindo um educador terapêutico de referência e sob processo ativo de vinculação e acompanhamento para efetivação do direito à convivência familiar e comunitária ou cuidados alternativos sob acolhimento institucional.

6.2.3. ETAPA III - DECORRÊNCIAS E IMPLICAÇÕES DO ENCONTRO - EXPLORANDO NOVAS POSSIBILIDADES

1. Continuidade do processo ativo de busca e estabelecimento de vínculo com o público referenciado;
2. Individualização dos processos de acompanhamento, com encaminhamentos “implicados” aos serviços socioassistenciais e de saúde, para elaboração de Projetos de Vida e Projetos Terapêuticos Singulares – PTS, visando à inserção social, a autonomia e a funcionalidade;
3. Articulação com serviços socioassistenciais e de saúde dos “territórios acolhedores” para potencialização do acompanhamento dos usuários em processo de inserção social e laboral;
4. Articulação para o desenvolvimento das redes socioafetivas dos usuários e de redes institucionais e comunitárias de apoio;
5. Ofertas estruturadas para qualificação profissional e geração de renda;
6. Realização de busca ativa de empregos;
7. Estabelecimentos de parcerias com o programa Jovem Aprendiz ou similar, visando a geração de oportunidade para jovens e adolescentes;
8. Continuidade dos diálogos com projetos referenciais.

Duração da Etapa III: 7º ao 9º mês de execução do Projeto.

Metas a serem alcançadas na Etapa III:

1. 120 pessoas (60%) do público referenciado alcançadas pelas estratégias de vinculação, com Folha de Primeiro Contato preenchida e atendimento em pelo menos uma das seguintes áreas de atividades: documentação civil, atenção à saúde, vestuário, alimentação, esporte, cultura, lazer, família, orientações sobre drogas e consumo menos prejudicial de substâncias;
2. Manutenção das metas 6.2.1 e 6.2.2;

3. 60 pessoas (30%) do público referenciado participando de atividades articuladas de esporte, lazer e cultura;
4. 20 pessoas (10%) do público referenciado engajadas em processos terapêuticos relacionadas ao uso problemático de drogas;
5. 10 pessoas (5%) do público referenciado engajado em oportunidades de qualificação profissional e/ou geração de renda.
6. 5 pessoas (2,5%) do público referenciado acessando o mercado de trabalho por meio da busca ativa de emprego.

6.2.4. ETAPA IV – SISTEMATIZANDO A EXPERIÊNCIA E APROPRIANDO-SE DAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DESENVOLVIDAS

1. Continuidade do processo ativo de busca e estabelecimento de vínculo com o público referenciado;
2. Continuidade dos processos de atendimento e acompanhamento às pessoas do público referenciado;
3. Continuidade dos diálogos com projetos referenciais;
4. Avaliação de resultados e sistematização das experiências;
5. Discussão com equipes das políticas públicas sobre a continuidade do trabalho após a finalização do Projeto, com vistas à estruturação de um programa governamental, no caso de uma avaliação positiva da experiência;
6. Avaliação do processo de construção da autonomia dos 20 usuários em aluguel residencial, preparando sua transferência para a modalidade benefício excepcional, conforme regulamento (art. 22 da Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, combinado com a Lei Distrital nº 5.165, de 04 de setembro de 2013, Decreto nº 35.191, de 21 de fevereiro de 2014 e Resolução CAS/DF nº 64, de 27 de setembro de 2012, além da Portaria SEDEST nº 39, de 27 de setembro de 2012), ou para assunção da responsabilidade pessoal pela manutenção do aluguel, com recursos próprios provenientes do trabalho;
7. Preparação das pessoas atendidas para o encerramento do projeto, mantido o seu acompanhamento pela rede de serviços públicos estatais e outros vínculos sociais constituídos e ou restaurados a partir do trabalho desenvolvido.

Duração da Etapa IV: 10º ao 15º mês de execução do Projeto.

Metas a serem alcançadas na Etapa IV:

1. 160 pessoas (80%) do público referenciado alcançadas pelas estratégias de vinculação, com Folha de Primeiro Contato preenchida e atendimento em pelo menos uma das seguintes áreas de atividades: documentação civil, atenção à saúde, vestuário, alimentação, esporte, cultura, lazer, família, orientações sobre drogas e consumo menos prejudicial de substâncias;
2. 20 pessoas (100%) dos beneficiários de aluguel com alternativas viabilizadas para a manutenção do aluguel após o encerramento do projeto;
3. Construção de alternativas de promoção da convivência familiar ou adesão ao acolhimento institucional para todas as crianças e adolescentes em situação de rua no território, referenciadas no projeto;
4. 100 pessoas (50%) do público referenciado participando de atividades articuladas de esporte, lazer e cultura;

5. 40 pessoas (20%) do público referenciado em processos terapêuticos relacionadas ao uso problemático de drogas;
6. 20 pessoas (10%) do público referenciado engajado em oportunidades de qualificação profissional e/ou geração de renda.
7. 7 pessoas (3,5%) do público referenciado acessando o mercado de trabalho por meio da busca ativa de emprego.

6.2.4.1 ETAPA IV.1 – Prorrogação da Etapa IV - Sistematizando a experiência e apropriando-se das tecnologias sociais desenvolvidas.

Continuidade e conclusão das atividades previstas na Etapa IV.

Duração da Etapa IV.1: 16º ao 20º mês de execução do Projeto.

7. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS ABRANGIDOS PELA PARCERIA:

7.1 – Materiais de Consumo (335030)

Elementos de despesa	Descrição / Quantidade	Valor estimado mensal (R\$)	Valor estimado total (R\$)
.14 - Artigos para esporte e recreação	*Ver detalhamento abaixo (item 7.1.1).	0,00	3.250,00
.16 - Material de expediente	Materiais utilizados diretamente no trabalho administrativo, incluindo resmas de papel, lápis, canetas, borrachas, apontadores, marca-texto, pastas suspensas, grampeadores, grampos, clips, envelopes, estiletes, etc. (R\$500,00 X 19 meses)	500,00	9.500,00
.17 - Material de informática	07 Cartuchos tonner para impressora laserjet, ao custo unitário de R\$ 60,00. (R\$60,00 X 7 meses)	0,00	420,00
.28 – Material de proteção e segurança	30 frascos de Protetor solar FPS 50, para serem utilizados pelos redutores de danos, educadores terapêuticos e equipe de abordagem social, nas atividades de campo.	0,00	1.500,00
Outros materiais de consumo (utilizados em atividades culturais e artísticas)	Materiais diversos para apoio às oficinas artísticas e culturais.	0,00	10.220,80
07-Gênero de	*Ver detalhamento abaixo (item 7.1.2).	0,00	0,00

Alimentação			
22- Material de limpeza e produção de Higienização	*Ver detalhamento abaixo (item 7.1.2). -	0,00	0,00
04- Gás engarrafado	*Ver detalhamento abaixo (item 7.1.2). -	0,00	0,00
	SUBTOTAL 01	500,00	24.890,80

Esclarecimentos adicionais acerca das despesas com materiais de consumo (335030):

- A aquisição de **Artigos para Esporte e Recreação** visa a dotar a equipe de instrumentos básicos para facilitar o contato e a vinculação com o público referenciado, por meio de brincadeiras, jogos e esportes (ver item 12.1.1, adiante, quadro com detalhamento) que introduzam o elemento lúdico na relação, sem requerer grande estrutura, de modo que possam ser desenvolvidos no próprio espaço da rua. A origem etimológica da palavra vínculo é a mesma da palavra brincar, que vem de brinco, do latim *vinculum*, “aquilo que liga”;
- A aquisição de **Ferramentas e Utensílios de Curta Duração** considera uma orientação da equipe gestora do programa PRONATEC POP RUA, voltado à qualificação profissional de pessoas em situação de rua, e visa superar uma das dificuldades deste programa, que é a falta de algumas ferramentas e materiais básicos necessários ao trabalho dos egressos dos cursos (por exemplo, cabeleireiro, jardineiro, manicure e pedicure). O valor de referência de R\$ 360,00 (trezentos e setenta reais) para cada kit é considerado suficiente pela equipe consultada;
- Quanto aos **Outros Materiais de Consumo**, estes , visam apoiar, com materiais diversos, a realização de oficinas artístico-culturais durante o período de realização do Projeto, prevendo-se um valor de aproximadamente R\$ 1.000,00 (um mil reais) por oficina realizada (Por exemplo, numa oficina de grafiteagem, prevê-se um valor para aquisição do material da oficina: tinta spray e telas).

7.1.1 - Artigos para esporte e recreação (335030.14) – detalhamento (*)

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
01	Bolas de basquetebol masculino adulto.	Un.	02	240,00	480,00
02	Bolas de voleibol oficial	Un.	02	230,00	460,00
03	Bomba dupla ação todos os tipos de bola, com um prolongador e duas agulhas rosqueáveis.	Un.	02	25,00	50,00
04	Dominó - material MDF, contendo 28 peças, medindo 17x9,3x4cm.	Un.	10	25,00	250,00
05	Peteca de nylon : base esférica feita de cortiça ou poliuretano contendo um	Un.	05	50,00	250,00

	pequeno peso de chumbo a esta está fixado uma saia de nylon; peso 4.745 gramas. Produto com certificação do Inmetro.				
06	Rede de basquetebol.	Par	02	22,00	44,00
07	Rede de voleibol, confeccionada em polietileno (nylon) de alta densidade, com 2 faixas, fio 4mm, malha 12cm x 12cm, com 1 lona superior sintética 5cm, argolas para fixação da rede nos postes, com porta antena, medida: 9,00mts de comprimento x 1,0mts de altura.	Un.	01	200,00	200,00
08	Corde de sisal, cor natural, com aproximadamente ½ polegada de diâmetro, comprimento de 2,5 m, com empunhadura de madeira nas duas extremidades (manetes). Embalagem plástica transparente.	Un.	06	6,00	36,00
09	Corde de sisal, cor natural, com aproximadamente ½ polegada de diâmetro, comprimento de 5,0 m, com empunhadura de madeira nas duas extremidades (manetes). Embalagem plástica transparente.	Un.	02	20,00	40,00
10	rede para peteca (oficial), confeccionada em nylon, malha 40 mm, fio 1,00 mm, com 4 faixas em lona de algodão, medindo 7,80 x 0,50 cm, com ajuste de tensão, na cor verde e branca.	Un.	01	140,00	140,00
11	aro retrátil de basquete, tamanho oficial, medindo entre 450 mm e 457 mm, confeccionado em ferro com diâmetro entre 16 mm e 20 mm, pintura epóxi na cor laranja.	Par	01	220,00	220,00
12	kit de frescobol contendo 02 (duas) raquetes confeccionadas em madeira maciça tipo pinus, sem nó, e uma bola de borracha com superfície lisa, impermeável, despressurizada, pesando entre 38 e 42 gramas, com	Kit	04	50,00	200,00

	circunferência entre 16 cm a 19 cm; cada raquete terá espessura de 1,0 cm a 1,2 cm, peso entre 250 e 300 gramas, comprimento total entre 46 cm e 48 cm, sendo o corpo na parte mais larga entre 22 cm e 24 cm e o comprimento entre 30 cm e 32 cm e o cabo entre 14 cm e 15 cm de comprimento com empunhadura entre 2,5 cm e 3,0 cm, superfície lisa e uniforme com acabamento em seladora e verniz naval. embalagem plástica transparente.				
13	jogos de mesa, conjunto com 3 jogos em 1, magnético contendo 01 jogo de xadrez, 01 jogo de dama e 01 jogo de gamão.	Jogo	06	80,00	480,00
14	bola de futsal oficial, confeccionada em pu, com gomos termo soldados, dupla laminação, contendo em seu interior câmara em butil, com 61 cm a 64 cm de circunferência, pesando entre 410 e 440 gramas, miolo de silicone removível e lubrificado, aferida, oficializada pela confederação brasileira de futsal, ou pela fifa – approved.	Un.	02	125,00	250,00
15	jogo de baralho de cartas espanhol – baralho tradicional. não transparente atóxico e reciclável. cartão laminado permitindo um agradável manuseio. contém 41 cartas (40 cartas e 1 carta garantia).	Un.	10	15,00	150,00
SUBTOTAL artigos de recreação				RS 3.250,00	

7.1.2 Kits para os beneficiários na moradia (33.50.30) -04, 07 e 22 * detalhamento

	Descrição	Unidade	Qtd	V. Unitario	Valor total
07-Gêneros de Alimentação					
1	Arroz 5kg	Pacote	1	13,00	13,00
2	Feijão	Pacote	2	6,00	12,00
3	óleo	Litro	2	3,00	6,00
4	Macarrão 1k	Unidade	1	6,00	6,00

5	Farinha de mandioca 1K	Unidade	1	4,00	4,00
6	Extrato de tomate 350 g sache	Unidade	2	3,00	6,00
7	Sardinha	Unidade	3	2,90	8,70
8	Açúcar 1 K	Unidade	1	3,00	3,00
9	Café 500g	Unidade	1	9,00	9,00
10	Sal	Unidade	1	2,00	2,00
11	Biscoito agua e sal 400g	Pacote	1	3,50	3,50
12	Biscoito de maisena 400 g	Pacote	1	4,00	4,00
	Total				94,60
22- Material de limpeza e produção de Higienização					
1	Sabão em pó	Unidade	1	6,00	6,00
15	Sabão em barra	Pacote	1	5,50	5,50
3	Detergente	Unidade	2	1,60	3,20
4	Vassoura	Unidade	1	12,00	12,00
5	Rodo	Unidade	1	12,00	12,00
6	Pano - saco branco	Unidade	1	4,00	4,00
7	Escova para vaso	Unidade	1	9,00	9,00
8	Escova de lavar roupa	Unidade	1	3,00	3,00
9	bucha de lavar louça	Unidade	1	2,00	2,00
10	Papel higiênico de 4 rolos	Pacote	1	6,00	6,00
11	Escova dental	Unidade	1	6,00	6,00
12	Pasta dental 70 g	Unidade	1	2,00	2,00
13	Sabonete	Unidade	2	1,30	2,60
14	Absorvente pct	Pacote	1	4,00	4,00
15	Shampoo e condicionador	Unidade	2	10,00	20,00
16	Presto barba	Unidade	1	3,00	3,00
	Total				100,30
04- Gás engarrafado					
1	Gás	Mês	1	50,00	
	Total				50,00
	Total Geral Alimentação, limpeza e higiene para 20 beneficiário por 5 meses.	Kit	100	244,9	24.490,00

7.2 – Material de Distribuição Gratuita (335032)

Elementos de despesa	Descrição / Quantidade	Valor mensal (RS)	Valor estimado total (RS)
Insumos de prevenção ao uso	Insumos diversos de prevenção ao uso problemático de drogas; protetor labial em forma de batom, com filtro	-	-

problemático de drogas	de proteção solar e material cicatrizante; preservativos femininos e masculinos (em caso de falta na rede pública de saúde), entre outros materiais a serem distribuídos gratuitamente pelos profissionais redutores de danos.		
SUBTOTAL 02		-	0,00

7.3 – Passagens e Despesas com Locomoção (335033)

Elementos de despesa	Descrição / Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Valor estimado total (R\$)
.01 – Passagens para colaboradores e técnicos	08 passagens aéreas (ida e volta) para colaboradores e técnicos de outros estados, ao custo unitário médio de R\$ 1.200,00.	0,00	9.600,00
SUBTOTAL 03		-	9.600,00

Esclarecimentos adicionais acerca das despesas com passagens e locomoção (335033):

É essencial para o Projeto o intercâmbio com profissionais de outros projetos referenciais, que atendem o mesmo tipo de público, em outras cidades brasileiras, uma vez que se estará lidando com novas metodologias, que colocam novos problemas e questões para todos os profissionais envolvidos. A troca de experiências, neste sentido, pode contribuir muito para a construção de soluções e a superação de dificuldades de percurso, aproveitando o acúmulo de outros projetos. No caso específico da função de Educador Terapêutico - ET, adotada no projeto Cuidando da Vida a partir de uma experiência referencial do Projeto Quixote, de São Paulo, com crianças e adolescentes em situação de rua, este intercâmbio é ainda mais importante.

7.4 – Outros Serviços de Consultoria (335035)

Elementos de despesa	Descrição / Quantidade	Valor Mensal (R\$)	Valor estimado total (R\$)
.06 – Supervisão externa de rede	91 horas, divididos ao longo dos meses, de supervisão aos integrantes da equipe envolvida no Projeto, ao custo unitário de R\$ 150,00 / hora, por profissional com pós-graduação em ciências sociais ou humanas e com experiência comprovada na área de desenvolvimento do projeto.	0,00	13.650,00
SUBTOTAL 04			13.650,00

7.5 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física (335036)

Elementos de despesa	Descrição / Quantidade	Valor mensal (RS)	Valor estimado total (RS)
.06 – Serviços de apoio administrativo, operacional e congêneres	01 gerente administrativo – 40 horas/semanais.	2.500,00	50.000,00
	13º salário	208,34	4.166,80
	Férias	208,34	4.166,80
	1/3 de férias	69,45	1.389,00
	Auxílio-alimentação	400,00	8.000,00
.32 – Serviços de assistência social	01 coordenador técnico – 40 com graduação em psicologia, ou serviço social, ou áreas afins, e experiência comprovada de trabalho com população de rua e/ou usuários de drogas.horas /semanais.	3.200,00	64.000,00
	13º salário	266,67	5.333,40
	Férias	266,67	5.333,40
	1/3 de férias	88,89	1.777,80
	Auxílio-alimentação – pecúnia	400,00	8.000,00
	04 redutores de danos – 30 horas/semanais, com formação específica em redução de danos para abordagem na rua aos UD's do público referenciado (R\$1.500,00 X 4 redutores)	6.000,00	72.000,00
	13º salário (R\$125,00 x 4 x 12 meses).	500,00	6.000,00
	Férias (R\$125,00 x 4 x 12 meses).	500,00	6.000,00
	1/3 férias (R\$41,67 X 4 X 12 meses)	166,66	1.999,92
	Auxílio-alimentação – pecúnia (R\$400 X 4x 2 meses)	1.600,00	3.200,00
	02 redutores de danos – 30 horas/semanais, com formação específica em redução de danos para abordagem na rua aos UD's do público referenciado (R\$1.500,00 X 2 redutores X 7 meses)	3.000,00	21.000,00
	13º salário (R\$125,00 x 2 x 7 meses).	250,00	1.750,00
	Férias (R\$125,00 x 2 x 7 meses).	250,00	1.750,00
	1/3 férias (R\$41,67 X 2 X 7 meses)	83,33	583,33
	Auxílio-alimentação – pecúnia (R\$400 X 2 x 7 meses)	800,00	5.600,00
	04 educadores terapêuticos – 30 horas/semanais, para abordagem e acompanhamento de UD's, especialmente crianças e adolescentes e também aqueles que apresentem transtorno mental, na	6.000,00	114.000,00

	rua e durante o processo de reinserção sócio comunitária, ao custo mensal unitário (R\$1.500,00 x 4x19)		
	13º salário (R\$125,00 x 4 x 19 meses)	500,00	9.500,00
	Férias (R\$125,00 x 4 x 19 meses)	500,00	9.500,00
	1/3 férias (R\$41,67 x 4 x 19 meses)	166,67	3.166,67
	Auxílio-alimentação pecúnia (R\$400 x 4 x 9 meses)	1.600,00	14.400,00
	04 facilitadores – 30 horas / semanais, para implementação de estratégias de aproximação com o público alvo e mediação da sua relação com as políticas públicas, ao custo unitário mensal de R\$ 937,00 (R\$937 x 4 x 8meses)	3.748,00	29.984,00
	13º salário (R\$78,09 x 4 x 8 meses)	312,33	2.498,67
	Férias (R\$78,09x 4 x 8 meses)	312,33	2.498,67
	1/3 férias (R\$23,03x 4 x 8 meses)	104,11	832,89
	04 facilitadores – 30 horas / semanais, para implementação de estratégias de aproximação com o público alvo e mediação da sua relação com as políticas públicas, ao custo unitário mensal de R\$ 956,00. (R\$956,00 x 4 x 4meses)	3.824,00	15.296,00
	13º salário (R\$79,50 x 4 x 4 meses).	318,67	1.274,67
	Férias (R\$79,50 x 4 x 4 meses)	318,67	1.274,67
	1/3 férias (R\$26,56 x 4 x 4 meses).	106,22	424,89
	Auxílio-alimentação – pecúnia	1.600,00	3.200,00
	01 facilitador – 30 horas / semanais, para implementação de estratégias de aproximação com o público alvo e mediação da sua relação com as políticas públicas, ao custo unitário mensal de R\$ 951,00 (R\$951,00 x 7)	956,00	6.692,00
	13º salário (R\$79,50 x 7).	79,67	557,67
	1/3 férias (R\$26,56 x 7).	26,56	185,89
	Férias (R\$79,67 x 7).	79,67	557,67
	Auxílio-alimentação – pecúnia	400,00	2.800,00
	233 unidade de vale transporte para 14 contratados (igual á R\$10,00 vale/dia X 22 dias total de 220,00 por unidade)	0,00	51.260,00
.15 serviços de aluguel de prédios, salas e	Aluguel de imóveis residenciais ou diária em hotel, pousada e/ou pensão para moradia social de beneficiários do núcleo mais vulnerável do público referenciado pelo Projeto, em situação de desabrigo, ao custo unitário mensal de R\$	0,00	139.200,00

	600,00 per capita. (R\$600,00 x 16 alugueis x 12 meses) e mais (R\$600,00 x 5 alugueis x 8 meses)		
.40 – Encargos trabalhistas	Rescisão da coordenadora (incluindo despesas de antecipação e encerramento de contrato.) Despesas não previstas no item de encargos trabalhistas.	5.218,00	5.218,00
	40,6% sobre o valor total dos salários dos profissionais, incluindo 20% INSS, 1% acidente e segurança de trabalho, 5,8% sistema "S", 8% FGTS, 1% PIS sobre folha, 4,8% de incidências sobre férias e 13°(primeiro ajuste do PT) - contratos que encerrarão no TEMPO DETERMINADO. INCLUSÃO DE MULTA RESCISÓRIA PARA APLICAÇÃO DE TEMPO INDETERMINADO, 40% FGTS	8.744,05	174.881,00
	INCLUSAO DE MULTA RESCISÓRIA PARA APLICAÇÃO DE TEMPO INDETERMINADO, 40% FGTS para as rescisões até abril	1.833,52	1.833,52
	INCLUSAO DE MULTA RESCISÓRIA PARA APLICAÇÃO DE TEMPO INDETERMINADO, 40% FGTS para as rescisões até julho de 2018	7.461,89	7.461,89
SUBTOTAL 05		64.968,70	870.549,20

Esclarecimentos adicionais acerca das despesas com Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física (335036):

Além do que já foi dito sobre os profissionais a serem contratados pelo Projeto Cuidando da Vida, é preciso destacar a importância da atividade de Supervisão Externa de Rede, essencial a constituição de um “coletivo” profissional intersetorial. Trata-se de um espaço/tempo semanal de acolhida, de escuta cuidadosa, troca e ressignificação de experiências vivenciadas, visando:

- Construir espaços de confiança e mútuo (re)conhecimento;
- Dialogar e refletir para criar novos olhares e novas formas de agir;
- Clarear os objetivos do projeto e das instituições, bem como as estratégias para efetivá-los;
- Promover a reflexão através da prática, reconhecendo e construindo soluções para os problemas, aumentando a compreensão do alcance das ações profissionais;
- Contribuir para uma formação continuada dos profissionais, permitindo-lhes aumentar a consciência de si e do outro.

7.6 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039)

Elementos de despesa	Descrição / Quantidade	Valor mensal	Valor estimado
----------------------	------------------------	--------------	----------------

		(R\$)	total (R\$)
.20 – Reparo, adaptação e conservação de bens imóveis	Pintura, reparos em instalações hidráulicas e elétricas, substituição de vidros, etc.	0,00	24.000,00
.11 – Locação de equipamentos de informática	Locação de 03 notebooks, ao custo unitário mensal de R\$ 350,00.	0,00	12.600,00
	Locação de 01 impressora a laser, ao custo mensal unitário de R\$ 360,00.	0,00	4.320,00
.80 – Hospedagem	Despesas com hospedagem de 05 colaboradores em missões técnicas de intercâmbio, com duração de 02 dias cada, ao custo unitário de R\$ 300,00/dia.	0,00	3.000,00
.53 – Serviços de assistência social	Transporte de usuários e deslocamentos da equipe, necessários ao desenvolvimento da proposta técnica: locação de 01 veículo do tipo van, com motorista, a ser disponibilizado ao Projeto até 10 horas por dia, de segunda à sexta-feira (R\$9,392 x 15).	9.392,00	140.880,00
	20 Cartões Cidadãos para utilização de transporte público – ônibus urbanos – em deslocamentos dos usuários para atividades diversas e para casa. 20 cartões X 12 trechos/mês X R\$ 10,00 por trecho (ida e volta) X 7 meses.	0,00	16.800,00
	40 Vouchers para emissão de 3ª via de documentação de identidade, ao custo unitário de R\$ 42,00.	0,00	1.680,00
.15 serviços de aluguel de prédios, salas e	Aluguel de imóveis residenciais ou diária em hotel, pousada e/ou pensão para moradia social de 2 beneficiários do núcleo mais vulnerável do público referenciado pelo Projeto, em situação de desabrigo, ao custo unitário mensal de R\$ 600,00 per capita. (R\$600,00 X 2 beneficiário X 3 meses)	1.200,00	3.600,00
.06 – Serviços de artista oficinairo	310 horas de oficinas a ser realizados ao longo do projeto a (R\$ 60,00 h x 310)	4.800,00	18.600,00
.99- Outros serviços de terceiros de pessoa jurídica	Confecção de Camisetas para as equipes.	450,00	450,00
	02 linhas de Telefone móvel por 08 meses	200,00	1.200,00
.44- Serviços de água e esgoto	Água e Luz para 02 beneficiários por 5 meses (2 beneficiário x5 meses x R\$300,00)	600,00	3.000,00
SUBTOTAL 06		16.642,00	230.130,00

7.7 QUADRO GERAL DE DESPESAS

CÓDIGO	ELEMENTO DE DESPESA	REFERÊNCIA	VALOR (R\$)
335030	Materiais de consumo	Subtotal 01	24.890,80
335032	Material de distribuição gratuita	Subtotal 02	0,00
335033	Passagens e despesas com locomoção	Subtotal 03	9.600,00
335035	Outros serviços de terceiros – consultoria	Subtotal 04	13.650,00
335036	Outros serviços de terceiros – pessoa física	Subtotal 05	870.549,20
335039	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	Subtotal 06	230.130,00
TOTAL			1.148.820,00

8. FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PROJETOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS A ELES ATRELADAS.

METODOLOGIA

O projeto fará uso de algumas metodologias de trabalho que visará a pessoa e a sua rede de contato, com foco na educação popular, nos saberes populares, construção de roda-de-conversas, intervenções psicológicas, acompanhamento individual e coletivo, etc.

a. Interfaces:

A Associação Cultural Namastê na realização do acompanhamento psicossocial das pessoas em situação de rua, conseguiu estabelecer um conjunto de parcerias no processo de reinserção de pessoas em situação de rua, para a implementação do projeto Cuidando da Vida será aproveitado a rede já estabelecida.

- **Centro POP Brasília e Taguatinga** – acompanhamento psicossocial, liberação de benefícios, reuniões e realização de atividades conjuntas.

- **Secretaria de Cultura** – apoio para realização de atividades culturais e abertura de espaços culturais para atuação dos beneficiários.
- **Associação Traços, Fora da Caixa e Griô** – parcerias com as entidades realizadoras da revista na geração de renda, atividades, capacitação dos beneficiários.
- **Consultório de Rua** – parceria para encaminhamento de pessoa com uso problemático de drogas e/ou transtorno mental para tratamento.
- **Fiocruz** – parceria para estudo, pesquisa e apoio tecnológico.
- **Universidades (Católica, IESB, UniCEUB, UnB)** – termo de cooperação técnica, cessão de alunos estagiários.
- **Secretaria Adjunta do Trabalho** – parceria para acesso a pequenos créditos e recursos para implementação de empreendimentos.
- **Subsecretaria de Direitos Humanos** – parceria na luta por acesso e garantia de direitos.
- **Defensoria Pública** – parceria no acompanhamento dos processos judiciais e situações que envolvam necessidades de ações judiciais e outras.
- **Casas de Recuperação** – para os casos em que a pessoa envolvida no projeto solicitar este tipo de apoio, sobretudo nas situações ainda mais graves.
- **Escola de Meninos e Meninas do Parque** – parceria para encaminhamento e estímulo para o estudo.
- **Artistas, produtores e entidades culturais** – No processo de articulação da Revista Traços foi estabelecido relação com mais de 180 fazedores de cultura do Distrito Federal, entre artistas, produtores e entidades culturais visando estabelecer maior envolvimento dos beneficiários na vida cultural da cidade.
- **Museu da República** – será utilizado como espaço de qualificações e reuniões.
- **Dulcina de Moraes** – espaço para realização de qualificação profissional, reuniões e capacitação artístico-musical.

b. **Local de Realização:**

O projeto será realizado como foco principal da Região Administrativa N° 1, Brasília, podendo ser ampliado para o caso de disponibilidade de recursos do projeto.

c. **Período de Realização:**

O Projeto será realizado no prazo de 20 meses

d. **Recursos Envolvidos:**

1. Espaço Físico

Para o desenvolvimento das ações do projeto serão necessários alguns espaços físicos, para o desenvolvimento das atividades, alguns destes espaços. serão composto pela parceria já articulado pelo Projeto da Revista Traços, conforme detalhamento:

Museu da República - parceria estabelecida para utilização do espaço para reuniões, pequenas informações.

Dulcina de Moraes - parceria para cessão de espaço para treinamentos e qualificação profissional.

Centro POP - espaço para abordagem, criação de espaços de convivência e reuniões para lutar tratar de acesso a direitos.

Sede da Associação Namastê - espaço para reuniões, planejamento da equipe de profissionais e atividades de formação para os envolvidos no projeto.

Escritório da Revista Traços - estrutura destinada a apoio de programas de geração de renda, guarda de documentos e outros.

2. Recursos Humanos

Recursos Humanos	Qtde	Carga horária semanal	Requisitos
Coordenador Técnico	01	40 h	Certificado de conclusão de curso de nível superior na área de ciências humanas ou sociais. Desejável: pós-graduação numa destas áreas e experiência prévia na coordenação de equipes profissionais e na gestão de projetos sociais.

Gerente administrativo	01	40 h	Experiência profissional em gerência administrativa de projetos e/ou serviços e gestão de recursos humanos. Conhecimento da Lei nº 8.666 e de outros diplomas legais que regulamentam as parcerias entre sociedade civil e governo. Desejável: graduação em administração de empresas, habilitação técnica na área administrativa.
Redutor de Danos (RD)	04	30 h	Formação específica e experiência prévia na área de redução de danos. Desejável: atuação prévia como redutor de danos no território abarcado pelo Projeto e bons vínculos com a comunidade local. Noções básicas de informática (editor de textos e planilhas eletrônicas). Habilidade para executar atividades de registro.
Educador Terapêutico (ET)	04	30 h	Ensino médio completo. Desejável: formação universitária nas áreas de psicologia, antropologia, sociologia, serviço social, terapia ocupacional ou pedagogia. Experiência prévia em trabalhos com crianças, adolescentes e adultos em situação de rua, ou acompanhamento terapêutico de pessoas com transtorno mental. Disponibilidade de horário face às necessidades do acompanhamento (compensação por meio de banco de horas). Desejável: habilidades artísticas e atuação com arte-educação e arteterapia.
Facilitador	04	30 h	Experiência prévia em situação de rua, preferencialmente na área central de Brasília, com história de superação da condição de extrema vulnerabilidade social. Capacidade de mediação da relação entre o público referenciado e as políticas públicas, facilitada pelo domínio da linguagem e da

			cultura da rua. Desejável: histórico de participação em movimentos sociais e lutas pelos direitos da população em situação de rua.
--	--	--	--

9. DEFINIÇÃO DOS PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS.

9.1. Resultados Esperados Qualitativos:

9.1.1. Superação de barreiras de acesso aos serviços públicos e consequente melhoria das condições gerais de higiene e saúde dos usuários de crack e outras drogas que vivem nas ruas no território focalizado pelo Projeto;

9.1.2. Alteração no padrão de consumo de drogas de parte dos usuários, no sentido de maior autonomia e funcionalidade;

9.1.3. Desenvolvimento gradativo da contratualidade, por parte dos beneficiários do Projeto, favorecendo sua inserção no mundo do trabalho e a qualificação da convivência social;

9.1.4. Reduzir a exposição à violência por parte dos beneficiários do Projeto;

9.1.5. Melhora dos indicadores de segurança pública no território focalizado no Projeto;

9.1.6. Desenvolvimento das redes subjetivas primárias dos beneficiários, contribuindo para a superação de situações de isolamento e anomia;

9.1.7. Constituição de moradias para pessoas em situação crônica de rua, acompanhadas pela rede de serviços e apoiadas por redes sociais;

9.1.8. Desenvolvimento e validação de metodologias que possam ser aplicadas em outros contextos e territórios do Distrito Federal em que haja cenas abertas de uso de crack e outras drogas.

9.2. Resultados Esperados Quantitativos:

9.2.1. Garantia do acesso a moradia para 20 pessoas por meio de auxílios alugueis do projeto e a continuidade por meio de acesso a políticas públicas;

9.2.2. Ter engajado 20 pessoas do público total do projeto em oportunidades de qualificação profissional e/ou geração de renda;

9.2.3. Envolvimento de 100 pessoas nas atividades articuladas de esporte, lazer e cultura;

9.2.4. Ter engajado 40 pessoas em processos terapêuticos relacionados ao uso problemático de drogas.

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO.

REFERÊNCIA	1° PARCELA	2° PARCELA	3° PARCELA	4° PARCELA	5° PARCELA	TOTAL
Total do Desembolso	R\$269.614,15	R\$242.601,95	R\$252.701,95	R\$237.081,95	R\$146.820,00	R\$1.148.820,00
Período/ Meses	01 a 03	04 a 06	07 a 09	10 a 15	16 a 20	-

11. MODO E PERIODICIDADE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Prestação de contas financeira – serão feitas duas prestações de contas financeiras, uma após 6 meses de execução (prestação de contas parcial) e a outra como prestação de contas final. Essa prestação de contas será feita incluindo: conciliação bancária, relação de serviços contratados, bens adquiridos, receitas e despesas, extratos bancários e relatório financeiro do plano de trabalho.

Prestação de contas do Objeto – serão feitas 4 prestações de contas da realização do objeto, sendo divididas em 3 relatórios parciais trimestrais de execução do objeto, a serem entregues ao final de cada uma das 3 primeiras etapas de execução do Projeto, e um relatório final de execução do objeto, ao final da quarta etapa, considerando a prorrogação do prazo de vigência, para dezembro de 2018. A função desta prestação de contas é apresentar relatório do andamento da execução das atividades do projeto, bem como a apresentação dos resultados avaliados por meio do monitoramento.

12. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO:

AÇÃO	RESULTADO ESPERADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	MONITORAMENTO
Acesso a qualificação profissional e/ou geração de renda	<p>a) 20 pessoas envolvidas.</p> <p>b) Busca de vagas em parceria para qualificação profissional</p> <p>c) 4 pessoas atuando como Porta-voz da Cultura da Revista Traços</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Inscrição em cursos de qualificação - Certificados emitidos - Inscrição no projeto da revista traços 	Relatório trimestral com o status dos envolvidos nos processos de qualificação e geração de renda...
Busca ativa de emprego	<ul style="list-style-type: none"> - Empregar até 7 pessoas no mercado de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> - Contato realizado com as empresas - Contratações efetivadas 	Reunião semanal para verificar os encaminhamentos de busca ativa de emprego
Adolescente e jovem beneficiado por programas de primeiro emprego ou jovem aprendiz	<ul style="list-style-type: none"> - 10 jovens adolescentes contratados 	<ul style="list-style-type: none"> - Inscrição - Relatório - Fotografia 	Reunião mensal do andamento
Oficina, roda de conversa, espaços terapêuticos sobre o uso problemático de drogas	Realização de atividades de conversas da temática	Relatório Fotografias	Planejamento das atividades, e avaliação trimestral das atividades desenvolvidas

Processo terapêutico ao uso problemático com drogas.	20 pessoas em processos terapêuticos	Relatório de acompanhamento	Relatório de acompanhamento avaliação.
Acesso a moradia, por meio do aluguel residencial.	20 pessoas com o acesso	Ficha de Inscrição	Relatório de acompanhamento individual. Avaliação trimestral dos resultados
Acesso qualificado a cultura, lazer e esporte	100 pessoas envolvidas	Fotos Relatório de resultado	Relatório trimestral dos resultados
Estratégias de vinculação as redes de assistência	160 pessoas assistidas	Folha de primeiro contato Relatório dos encaminhamentos feitos	Relação trimestral de atendimentos e encaminhamentos.

13. DECLARAÇÃO:

Na qualidade de representante legal da entidade/organização social parceira no presente Termo de Colaboração, declaramos, para fins de prova junto à Secretaria de Estado do Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro do Distrito Federal ou qualquer órgão ou entidade da administração pública do Distrito Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotação consignadas nos orçamentos do Distrito Federal, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

Brasília, 16 de maio de 2018


LUCIANA VITOR DIAS
Presidente

 Namaste
Luciana Vitor Dias
Presidente

ANEXO DO PLANO DE TRABALHO

PROPOSTA METODOLÓGICA

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 CULTURA ENQUANTO INSERÇÃO SOCIAL E RESGATE DE DIREITOS

A cultura apresenta-se em três dimensões: a dimensão simbólica, onde a cultura é condição para a cidadania pensada como inclusão e pertencimento; a dimensão política, onde a cultura cria as condições para a vida coletiva e, portanto, funda a experiência pública; e a dimensão econômica, onde a cultura é geradora de renda, empregos, salários e tributos.

Além de gerar trabalho e fazer circular riquezas, a participação da cultura no desenvolvimento se dá também na maneira como ela oferece aos indivíduos, grupos, e sociedade algo que lhes é essencial: a IDENTIDADE.

Reconhece-se que a articulação entre cultura e desenvolvimento se dá primeiramente na dimensão subjetiva e imaterial da experiência cultural. De um lado, é através da cultura que o homem adquire sua condição humana e, de outro, não há possibilidade de desenvolvimento humano sem valores culturais. Ela estabelece um campo de reconhecimento da diversidade das manifestações e da capacidade humana de simbolizar.

A cultura atua como vetor de fortalecimento das relações e no resgate da cidadania. Contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo estimulando à socialização nas diversas esferas do meio social, além de contribuir na diminuição do ócio e na preparação desses sujeitos para escolhas mais conscientes e transformadoras, ajudando no comprometimento social.

Dessa forma, toma-se como premissa que a cultura e educação são áreas indissociáveis que contribuem significativamente no processo de qualificação dos indivíduos. Elas corroboram no desenvolvimento humano pois fornecem instrumentos amplos de conhecimento, reconhecimento e autoconhecimento, constituindo-se como elementos primordiais no processo de reinserção social, atuando de forma integrada no processo de ressignificação da criminalidade e na expectativa de melhoria de vida.

1.2 A PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Os desafios de se pensar em uma política cultural são muitos. Ela tem que dar conta do seu campo social e da transversalidade que a faz permear pelos mais diversos campos da sociedade. Nesse sentido, a Namastê/Traços busca realizar um trabalho intersetorial amplo que alia a cultura às ações psicossociais, fortalecendo a pessoa em situação de rua, resgatando sua autoestima e reinserindo-o no meio social.

Pessoas, família ou grupos em situação de rua no Distrito Federal constituem um segmento social da população com alta vulnerabilidade e extrema carência psicossocial. De acordo com a Política Nacional para a População em Situação de Rua, considera-se este segmento como:

O grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória. (Decreto n. 7.053 de 23 de dezembro de 2009).

Esta população é destituída não apenas dos direitos sociais mais basilares. Sofrem cotidianamente com inúmeras outras violências (institucionais, sexuais, morais, psicológicas, simbólicas, etc). Para Alves (2001, p. 3), “sentar-se em bancos das praças; utilizar-se de serviços públicos como banheiros; andar pelas ruas das cidades; entrar em restaurantes, ainda que se tenha o dinheiro para a refeição... tudo lhe é negado”, até a simples ação de pegar um transporte coletivo.

De acordo com Mateus José¹, pessoa em situação de rua integrante do projeto de geração de renda da Revista Traços,

“morar na rua não tem nada de positivo. Agente passa por momentos difíceis: chuva, tristeza, fome, abandono, ilusão; fases de alegria e fases de tristezas... depressão. Enquanto tá usando drogas, tá feliz; no outro dia, tá sozinho” (oficina do projeto moradia coletiva da Revista Traços, 2015).

Suportar a vida nas ruas requer exaustivo esforço físico, emocional e psicológico para driblar as diversas situações de discriminação, humilhação e violência resultantes da representação social instituída na população em situação de rua perante a sociedade.

¹ Os nomes das pessoas em situação de rua citadas aqui foram alterados para preservá-las e manter o respeito às suas dignidades.

1.3 A RUA COMO CONTINENTE AFETIVO - *o cuidado e a autonomia como desafios*

A autonomia, que etimologicamente significa ser o legislador de si mesmo, se situa num contexto em que as alternativas e a história se combinam numa relação de poder e de troca. Importa entender que o sujeito é uma relação multidimensional, como gênero, como família, como trabalhador, como consumidor, religioso ou não; e o cuidado implica a articulação possível entre todas as relações complexas e multidimensionais (Faleiros, 2014).

Numa tecnologia social que atue com pessoa em situação de rua torna-se imprescindível conhecer os vínculos sociais que fortalecem sua permanência nas ruas. A população em situação de rua, individualmente ou em grupo, estabelece inúmeras relações de trocas sociais, econômicas, culturais, de trabalho e de solidariedade consolidadas na rua (o meio urbano) que se transforma em continente afetivo.

Dessa forma, importa tomar o cuidado como uma mediação que articula autonomia e norma, envolvendo saber e poder, direitos, deveres, valores, implica mediação de conflitos. Uma medição que difere de intermediar. Conforme Faleiros (2014),

“A palavra mediação na dialética é muito profunda, diferente de intermediação. Muitas vezes se confunde cuidado com intermediação. A mediação pressupõe o conflito, a contradição, interesses divergentes ou antagônicos. Dessa forma, a importância do cuidado dar-se pelo fato de ser um movimento entre a singularidade e a universalidade, a demanda específica e a norma geral, a expressão do sofrimento e as circunstâncias, a vida vivida e a cultura, o processo e o resultado, o exercício do poder e o protagonismo do sujeito, a experiência de cada um e os olhares especialistas, ou seja, é relação de troca.” (Faleiros, 2014, p. 5)

2. OLHAR SISTÊMICO: SINGULARIDADES, DIFERENÇAS E DEMANDAS ESPECÍFICAS - *recortes sociais de idade/gênero/raça/etnia e poder.*

Não resta dúvida de que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069/1990), a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei n. 10.741/2003) configuram três legislações de referências primordiais para todo e qualquer trabalho que busque estabelecer Redes de Proteção e Acesso a Direitos.

É claro que dado a complexidade da violência, sua heterogeneidade conceitual, multideterminação social, e impactos na saúde física e mental, tais legislações não são suficientes para criar uma rede de proteção efetiva.

A complexidade da violência sofrida por pessoas em situação de rua nos desafia a buscar outros aportes teóricos, exigindo assim, uma “...atenção à articulação entre sistemas sociais, histórias pessoais, histórias transgeracionais, o papel dos profissionais e os limites das intervenções” (Diniz & Angelim, 2003).

Ao vermos grupos de pessoas em situação de rua, fazendo uso de drogas (cracolândias), tendemos a achar que se trata de um fenômeno homogêneo. No entanto, ao nos aproximar desta realidade, de imediato identificamos que existem particularidades e impactos de violência diferenciados para as pessoas à depender do gênero, da etnia, da raça, da idade, se permanecem em grupos ou sozinhos, se transitam ou fixam-se em algum ponto da cidade, etc. Portanto, outro passo importante na tecnologia social é ter a preocupação em analisar o fenômeno a partir do gênero/raça/etnia e poder (Saffioti, 2015), dentre outros fatores.

2.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA

A crianças e adolescente em situação de rua revelam um flagrante atentado à infância e juventude, aos direitos humanos e à vida expressa de maneira frágil e desprotegida nos corpos destes pequenos. Rizzini (2003) aponta que a criança ou adolescente em situação de rua é caracterizado pela circulação destes entre os espaços públicos, na tentativa de buscar o seu espaço de pertencimento social.

Para Salzgeber (2012) quando a criança ou o adolescente no seio familiar não encontra mais as condições necessárias que garantam cuidado e proteção, o vínculo se enfraquece ou se rompe e a rua torna-se este espaço de formação de vínculo e busca por subsistência que as expõem a inúmeros fatores de risco associados às vivências e vínculos próprios da sociabilidade da rua.

De acordo com o documento “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes” (2009, p. 20),

No Brasil, as origens do atendimento a crianças e adolescentes em serviços de acolhimento remontam ao período colonial. Mas foi apenas com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que crianças e adolescentes passaram a ser concebidos como sujeitos de direito, em peculiar condição de desenvolvimento e que o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório (Art.101).

De fato, cabe reconhecer que desde a promulgação do ECA alcançamos importantes avanços na promoção de direitos e garantias de crianças e adolescentes. Entretanto, na

atualidade, assistimos a conflitos, desentendimentos e inúmeras tentativas deliberadas de retrocesso destes avanços, capazes de aprofundar ainda mais as injustiças e a imensa desigualdade social que perdura em nosso país.

Além disso, a criminalização da adolescência e o extermínio de jovens, a maioria negros e pobres, tem sido frequente e alcançado patamares alarmantes. De acordo com o Mapa da Violência (2015),

em 1980, o vilão da história eram os acidentes de transporte, que ceifavam a vida de 12,7% do total de mortes nesse ano. Os suicídios representavam 3% e os homicídios 9,7%. Entre 1980 e 2013, a participação cresceu: nos acidentes de transporte, de 12,7% para 13,9%, aumento de 9,7%; nos suicídios, de 3% para 3,5%, aumento de 15,4%; já a participação dos homicídios no total de óbitos pula de 9,7% para 46%, crescimento de 372,9%.

Os homicídios, no caso de jovens de 16 e 17 anos de idade, representam, nos dias de hoje, quase a metade da mortalidade nessa faixa e, pelo que é possível observar a partir da sequência histórica, a tendência é aumentar mais ainda no futuro (Waiselfisz, 2015).

Há que se falar também da violência simbólica, amplamente estruturada no real, que age na produção de subjetividades de sujeição a partir de relações de exploração e dominação (Bourdieu, 2010). Tais facetas da violência abjeta crianças, adolescentes e jovens do acesso à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer e de desenvolverem projetos de vida.

Este sistema perverso condena diariamente crianças, adolescentes e jovens à falta de perspectiva, baixa autoestima e revolta com as segregações que lhes são impostas. Aos poucos o caminho da violência se torna uma resposta a fim de não sucumbirem às muitas violações de direitos. De outro lado, o uso problemático de álcool e outras drogas age como poderoso anestésico da exclusão e violência social, e as ruas compõem o cenário das violações.

2.1.1 ENFRENTAR O TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Em 2006, o UNICEF chamou a atenção para a condição de exclusão social em que se encontram milhões de crianças no mundo: **crianças Excluídas e Invisíveis!** Que vivem em situação de exclusão, sem acesso a cuidados básicos, proteção, sofrendo inúmeras violações de seus direitos. De acordo com o relatório, a situação de exclusão está relacionada ao **conceito de exclusão social**, que envolve outras formas de vulnerabilidade que não apenas a pobreza material. Ou seja, “é amplamente reconhecido que a exclusão é multidimensional, e

que inclui privações de direitos econômicos, sociais, de gênero, culturais e políticos” (UNICEF - Relatório sobre a Situação Mundial da Infância, 2006).

Dessa forma, na luta por sobrevivência, a exclusão lança crianças e adolescentes em situação de rua no submundo do trabalho infanto-juvenil. Onde podem estar envolvidas com uma ou mais das Piores Formas de Trabalho Infantil: **o trabalho no tráfico de drogas, o trabalho de rua e a exploração sexual comercial** (Piores Formas de Trabalho Infantil, Convenção nº 182, Art. 3º, alíneas “a”, “b” e “c”, e Decreto nº 6.481/2008).

Essas crianças e adolescentes, capturados por tais formas de exploração sofrem profundos danos à saúde física e mental. Para enfrentarmos essa triste realidade precisamos atuar na estruturação e fortalecimento de vínculos, inserí-los no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e oferecer referência educativa num processo de desenvolvimento de projetos de vida. Objetivos de nossa atuação no projeto Cuidando da Vida. Objetivos que só serão alcançados com o fortalecimento de uma rede de proteção para o atendimento de cada criança e adolescentes em situação de rua na região de atuação do projeto.

2.2 A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA

A sobrevivência nas ruas é hostil a todos, mas bem mais cruel, degradante e desumana em se tratando de mulheres. Depois das crianças e adolescentes, as mulheres em situação de rua representam um segmento com grande sofrimento, altíssima vulnerabilidade e grau extremado de risco de morte.

O simples fato de ser mulher as colocam em condições de desigualdades, desamparos e riscos muito maiores que aos homens. Além disso, se se tratar de mulheres negras, devemos ter claro que seu grau de risco se eleva em comparação a mulheres brancas.

Dados da pesquisa “Radiografia dos homicídios por violência doméstica contra a mulher no DF” (ANIS, MPDFT, SPMDF, 2012) analisou 275 processos judiciais de mortes violentas de mulheres ocorridas no Distrito Federal entre 2006 e 2011, dentre muitas variáveis alarmantes, o estudo apontou uma interseção entre o sistema sexo/gênero, idade e etnia – ou seja, em sua maioria os feminicídios por violência doméstica no DF foram de mulheres negras, jovens e solteiras (Dias & Diniz, 2016).

Dados do balanço de 10 (dez) anos do “Ligue 180” também revelam que dentre os relatos de violência, mulheres negras (pretas e pardas) representam a maioria, cerca de

58,55% das vítimas. Waiselfisz (2015) aponta que em dez anos houve um aumento de 54% no número de assassinatos de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013 (Dias & Diniz, 2016).

3. TRABALHAR COM A REDE SOCIAL LOCAL - *não inventar a roda.*

Atualmente, segmentos vulneráveis da sociedade estão sofrendo inúmeros ataques aos direitos humanos devido suas formas peculiares de viver as cidades que se contrapõem a padrões normativos da sociedade atual. Tais padrões pressupõem um modelo de cidadão fortemente concebido dentro das concepções liberais e ditames consumistas do mercado. De acordo com Passos (2012, p. 161), “Cidadania é um conceito nivelador, igualitário, que institui o indivíduo como papel social. O conceito central neste universo racional é o de indivíduo. A cidadania, deste ponto de vista, sustenta e é sustentada por uma ética puritana e uma tradição liberal, do trabalho e do mercado”. Dessa forma, não é difícil compreender porque o morador de rua é tratado com tanta violência e ocupa a categoria de subcidadão.

A população em situação de rua tem seus direitos cerceados, contingenciados e violados inclusive por instituições estatais que deveriam zelar, proteger e promover o respeito às diversidades. Com o objetivo de aumentar a rede de cuidado e proteção, é imprescindível que a tecnologia social desenvolva o trabalho com a Rede Social Local e de Serviços de Assistência Psicossocial (Centros POPs, CAPSad, CAPS-Transtornos, CAPS-Infantil, CREAS e CRAS). Com ênfase na interdisciplinaridade, desenvolvendo o trabalhar em conjunto de forma construtiva com foco no sujeito.

Outro aspecto relevante do uso do conceito e das práticas de redes é ter introduzido aquilo que foi chamado a análise situacional que consiste na descrição detalhada das situações que se observam (Mitchell, 1973). A análise situacional introduz na observação uma visão de processo das relações sociais sem ignorar, quando é possível, a visão morfológica. Com esta mudança de método esta escola produziu uma mudança de objeto e finalidade: em lugar de buscar e evidenciar os processos que produzem integração e coesão, a atenção se desloca até os conflitos e a mudança; em lugar de concentrar-se na morfologia das relações sociais a atenção se foca na configuração real das relações, interconexões e interdependências que se formam à raiz das dinâmicas conflitivas y do exercício do poder. (Milanese,2012; p. 204)

Dessa forma, cuidar institucionalmente implica trabalhar em rede, interagir entre indivíduo, família, instituições e sociedade. Mesmo que o trabalho em rede, por vezes, sofra resistência dos profissionais e gestores (Faleiros, 2014). A metodologia deve ser capaz de

promover o respeito, interagir e intervir na rede de relações do sujeito, sendo capaz de promover acordos que favoreçam a autonomia, o empoderamento e a emancipação rumo à conquista de direitos.

4. TRABALHO COM CRIANÇA E ADOLESCENTE

Experiências de desamparo desde a infância acarretam danos psicológicos que terão impactos no processo de construção de identidade dos indivíduos. Crianças e adolescentes que tiveram vínculos familiares enfraquecidos ou rompidos podem desenvolver sofrimentos psicológicos por, dentre outros fatores, insegurança, medo, falta de referências, sentimentos de incapacidade, tristeza, angústia, depressão.

Ações que promovam escuta afetiva, confiança e experiência reparadoras oferecem às crianças e adolescentes possibilidades de reconstrução de suas narrativas históricas, que possibilitem novas trajetórias de vida. Pensar um projeto de vida para o presente e o futuro torna-se substancial.

Nesse processo é imprescindível compreender a criança e o adolescente em suas peculiaridades e identidades. Chegar à adolescência implica deixar a segurança e fantasias da infância e começar a tatear no mundo dos adultos, com responsabilidade, obrigações e limites. Isso logo produz experiências, vivências, conflitos e crises, por vezes, exacerbados. O adolescente pode amar alguém com todo o seu ser e, no instante seguinte, passar a odiá-lo mortalmente. Contradições, desejo de independência, insegurança e oscilações emocionais dão o tempero do tamanho da complexidade e desafio que é trabalhar com fase tão importante do Ciclo de Vida Familiar (Carter & Mcgoldrick, 1995). O adolescente é um ser em processo de formação.

Em se tratando de crianças e adolescentes em situação de rua, as ações devem pautar já no acolhimento pelo “restabelecimento de direitos, compondo uma rede de proteção que favoreça o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, o desenvolvimento de potencialidades das crianças e adolescentes atendidos e o empoderamento de suas famílias” (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p. 22).

Para a consolidação de processos emancipatórios e promotores de autonomia, importa desenvolver ações que tragam nossas crianças e adolescentes para o centro do palco de suas

vidas, a fim de protagonizarem suas histórias. Sabemos que esta missão não se completa apenas com um projeto social, exige esforços de todas as esferas político-sociais.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, **com absoluta prioridade**, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, Art. 227, grifo nosso).

Como metas, devemos atuar na estruturação e fortalecimento de vínculos, estabelecer uma ponte com a criança e o adolescente, oferecer suporte psicológico e orientação no processo de desenvolvimento de projetos de vida. Neste processo, um dos primeiros parceiros a se buscar é a educação e a cultura.

5. USO PROBLEMÁTICO DE DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS

De acordo com a Lei nº 11.343/06 (Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad), em seu Art. 20, atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares são aquelas que visem à melhoria da qualidade de vida e à redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas. Conforme o Art. 22, tais ações devem respeitar os seguintes princípios e diretrizes:

- I - respeito ao usuário e ao dependente de drogas, independentemente de quaisquer condições, observados os direitos fundamentais da pessoa humana, os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Assistência Social;
- II - a adoção de estratégias diferenciadas de atenção e reinserção social do usuário e do dependente de drogas e respectivos familiares que considerem as suas peculiaridades socioculturais;
- III - definição de projeto terapêutico individualizado, orientado para a inclusão social e para a redução de riscos e de danos sociais e à saúde;
- IV - atenção ao usuário ou dependente de drogas e aos respectivos familiares, sempre que possível, de forma multidisciplinar e por equipes multiprofissionais;
- V - observância das orientações e normas emanadas do Conad;
- VI - o alinhamento às diretrizes dos órgãos de controle social de políticas setoriais específicas.

As estratégias de redução de danos são voltadas para qualquer cidadão, desde aquele que ainda não experimentou drogas, até aquele com uso problemático. No entanto, em geral, as abordagens têm como prioridade, populações em contextos de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade de uma pessoa não fica restrita a um determinado comportamento ou conduta, mas está relacionada ao ambiente em que se dá, e também ao contexto sociocultural. O aspecto social da vulnerabilidade se refere a possibilidade de acesso às informações e a capacidade de elaborá-las e incorporá-las nas práticas cotidianas, o que implica na oportunidade de acesso às informações, a recursos materiais e às instituições e serviços, assim como estar livre de estigmas e preconceitos.

Podemos inferir, de forma sucinta, que a violação dos Direitos Humanos entre usuários de drogas incide especialmente sobre aqueles que, em função de desigualdades sociais de várias naturezas e determinadas por pertencimentos a certa classe social, etnia ou gênero, orientação sexual e religiosa, e que estigmatizados, obtêm menor acesso aos espaços de afirmação e garantia de seus direitos. Importa conhecer a fundo tais especificidades socioculturais. Os trabalhos com usuários e dependentes de drogas psicoativas e/ou devido o uso problemático de drogas pautam-se nas seguintes diretrizes da Lei 11.343/06,

V - a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, bem como das diferentes drogas utilizadas;

VI - o reconhecimento do “não-uso”, do “retardamento do uso” e da redução de riscos como resultados desejáveis das atividades de natureza preventiva, quando da definição dos objetivos a serem alcançados;

VII - o tratamento especial dirigido às parcelas mais vulneráveis da população, levando em consideração as suas necessidades específicas;

VIII - a articulação entre os serviços e organizações que atuam em atividades de prevenção do uso indevido de drogas e a rede de atenção a usuários e dependentes de drogas e respectivos familiares (Lei 11.343/06, Art. 19).

Além disso, a abordagem de Redução de Danos hoje atua na perspectiva transdisciplinar de saúde, cultura, educação, assistência social, trabalho e renda, visando a garantia do cuidado e dos direitos, com destaque para:

A - Redução de danos pela geração da renda e planejamento financeiro/projeto.

B - Redução de danos no uso abusivo de álcool e outras drogas a partir do acompanhamento psicossocial e planejamento financeiro.

C – Redução de danos pela ampliação dos grupos de apoio e convivência – redes sociais.

D - Redução de danos da criança e adolescente a partir do fortalecimento de vínculos e inserção nas redes socioeducacionais.

6. EDUCAÇÃO SOCIAL DE RUA - *estratégia de vinculação com crianças e adolescentes*

A orientação metodológica no trabalho com a criança e o adolescente pauta-se na pedagogia da Educação Social de Rua – ESR, sistema pedagógico surgido na América Latina no final da década de 1970, que se opôs a perspectivas higienistas e repressoras no atendimento de pessoas em situação de rua. A ESR objetiva a construção de novos projetos de vida que motivem a saída da situação de rua e o sujeito em situação de vulnerabilidade social e violência se perceba como sujeito de desejo, de conhecimento e de direitos.

A ESR tem como arcabouço sócio-político-cultural obras de pensadores da Teologia da Libertação, de Paulo Freire (pedagogia do oprimido, pedagogia da presença), da argentina Emilia Ferreiro (desenvolvimento infantil), de Michel Foucault (as micro e macro relações de poder), Erving Goffman (representações sociais) dentre outros que estruturaram uma fenomenologia pedagógica existencial (Oliveira, 2007).

A ESR nasceu como movimento de resistência, denúncia e enfrentamento à bruta opressão e exclusão social sofrida por milhares de crianças, adolescentes e jovens colocados em situação de rua e culpabilizados por suas próprias condições de pobreza.

Dessa forma, nossa atenção metodológica pauta-se em ações de transformação social frutos de uma nova mentalidade, da necessidade de mudança de paradigma e de novas abordagens com crianças e adolescentes em situação de rua e uso de drogas (lícitas, ilícitas ou prescritas). Ações que superem o modelo de “reabilitação social” ou de “ressocialização”. Para tanto, reconhecemos que o trabalho em rede e o envolvimento da comunidade é imprescindível,

As políticas públicas de assistência à criança e ao adolescente em situação de rua têm se tornado mais efetivas à medida em que consideram esse fenômeno na complexidade que lhe é inerente. Um dos vetores que têm contribuído para essa melhoria é a questão do trabalho em rede, organizações governamentais e da comunidade que atuam dentro de uma perspectiva de sinergia das ações desenvolvidas (Lescher & Bedoian, 2007, p. 3).

É nas ruas, no corpo a corpo, nas trocas de afeto, conversas, na escuta acolhedora e nas ações socioculturais que acontece o convite e o engajamento onde a mudança se faz através do fortalecimento de vínculos, da consolidação de direitos, da garantia do respeito, da dignidade e da promoção de novas oportunidades. Como resumiu certa vez um dos nossos

Porta-Vozes da Cultura: “O morador de rua só precisa de uma oportunidade e de alguém que acredite nele” (Rogério, nosso “Barba”, Equipe Social da Revista Traços).

Em sua Pedagogia da Autonomia, Paulo Freire (1996/2011, p. 21) nos adverte que “A ideologia fatalista, imobilizante, que anima o discurso neoliberal anda presente no mundo”. Para tal ameaça, Freire nos pede para jamais nos deixar paralisar e ficar indiferentes frente às injustiças sociais: “O livro com que volto aos leitores é um decisivo **NÃO** a esta ideologia que nos nega e amesquinha como gente” (p. 21, caixa alta e grifo nosso).

Não se resignar e não naturalizar as violações de direitos é missão de todos nós. Trabalhar para o empoderamento, a emancipação, a autonomia e o protagonismo são metas que delinearão nossas ações. Vocábulos político-sociais que nos orientam a produzir novos sentidos e efeitos histórico-político-sociais (Orlandi, 2013).

Isso implica que devemos partir de pressupostos metodológicos relacionados também com uma pedagogia da presença, compreender a realidade social da pessoa em situação de rua e efetivar vínculos significativos entre educadores e educandos. Ao invés da “ressocialização”, os profissionais entram nos espaços da rua como Educadores, construtivamente presentes no espaço da rua, atuando de forma aberta, disponível, sensível e empática.

7. EDUCADOR TERAPÊUTICO - *estratégia de vínculo com crianças e adolescentes em situação de rua*

No tocante à criança e ao adolescente expostos à situação de rua, os trabalhos pautam-se na busca de fortalecer uma articulação com a política de saúde, de educação, esporte, lazer e cultura que possibilite atendimentos através da rede local (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p. 26). Neste sentido, é imprescindível a figura de um Educador Terapêutico, com um olhar singular no acompanhamento de cada criança e adolescente.

Esse profissional precisa estar preparado para compreender e saber intervir no fenômeno da exclusão e invisibilidade social dessas crianças e adolescentes. Realizar mediação e oferecer continência às ambivalências emocionais. Pensar alternativas que contribuam para modificar essa condição de invisibilidade e exclusão social, além de facilitar a integração das experiências nestas vidas marcadas por rupturas. De acordo com a UNICEF, crianças excluídas são aquelas que,

“correm risco de não ter acesso a um ambiente que as proteja contra violência, abuso e exploração, ou quando não tem acesso a serviços e bens essenciais, sendo ameaçadas quanto a sua possibilidade de participar plenamente na sociedade no futuro” (*apud* Lescher & Bedoian, 2007, p. 12).

Para a criança em situação de rua, no mundo não há lugar de pertencimento e acolhimento. As violências por que passa podem ser física, emocional, sexual, de negligência e/ou abandono. Permanece o desafio de reencantar nossas crianças, estabelecer vínculo, afirmar direitos, promoção e fortalecimento do protagonismo social. Neste processo, o educador-terapêutico é pedra angular.

Os vínculos das crianças com suas famílias estão esgarçados, rompidos ou interrompidos.

São crianças desencantadas que chegam às ruas. Desencantadas por não terem sido acolhidas e respeitadas em suas necessidades fundamentais, constitutivas. O encanto é o que nos dá a possibilidade de nos projetarmos para o futuro, de nos sentirmos responsáveis e ativos no mundo (Lescher & Bedoian, 2007, p. 13).

Sair da rua é uma decisão complexa. Não há como fazer um programa para alguém sair da situação de rua. Sair da rua é uma decisão que se constrói com o tempo, de forma pessoal e com apoio de familiares, amigos, profissionais, instituições e políticas de assistência psicossocial. Paralelo a isso vai-se estabelecendo atenção básica e qualidade de vida. Depois começa a administrar demandas por abrigo, cuidados médicos ou desejo de retomar o contato com a família.

8. DO SUJEITO AO COLETIVO, DO SOCIAL AO INDIVIDUAL - *promover cidadania e autonomia*

Viver nas ruas é também um direito que precisa ser compreendido, respeitado e protegido por toda a sociedade. Toda e qualquer pessoa tem direito a ter direitos (Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948), o fato de estar em situação de rua não pode ser um impedimento para o acesso a direitos sociais. Nada justifica a suspensão de suas garantias sociais, receberem um tratamento desumano ou degradante e serem alvos de práticas violentas por forças de segurança do estado ou grupos xenofóbicos. Tais ações só reforçam atentados aos direitos humanos.

Dessa forma, o projeto de moradia para as pessoas em situação de rua – fruto de organização em torno da geração de renda com a venda da revista Traços – objetiva consolidar ações da Rede Social que atuem nas demandas desta população, dentre as quais:

acompanhamento e tratamento de abusos ou dependência de drogas (lícitas, ilícitas ou prescritas); incentivo à qualificação a fim de desenvolverem novas habilidades para a geração de renda; e, gradualmente alcancem autonomia e emancipação para que possam decidir pela saída das ruas, com o aporte de aluguéis sociais.

No caso da criança e o adolescente a moradia será pensada a partir do núcleo familiar, no qual a rede de contatos será ativada como apoio, caso a família se encontre em situação de rua, será trabalhado o conjunto de pessoas com foco no fortalecimento de vínculos, em última instância, se o mesmo não possuir vínculo familiar será acionado a rede socioassistencial (Conselho Tutelar, Abrigo para menores, casa de passagem) para as devidas providências.

9. REVISTA TRAÇOS: *inclusão economicocultural*

Não há dúvida que um dos grandes desafios a ser enfrentado é a problemática do desemprego. Inúmeras pessoas em situação de rua estão expostas em áreas urbanas sobrevivendo de trocados que adquirem prestando serviços com informalidade e precariedade, tais como, vigias ou lavadores de carro, entregadores de material propaganda (panfletos), catadores de material reciclável. A falta de modelos de geração de renda que os incluam no mercado com dignidade e segurança social, acaba por reforçar a permanência nessas condições.

Contrariamente ao que muitos pensam ser uma horda de pedintes, vadios e delinquentes, a população em situação de rua é composta, em grande parte, por trabalhadores. Cerca de 70,9% exercem alguma atividade remunerada. Apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência. E, parte considerável dessa população é originária do município ou regiões administrativas onde se encontra, ou locais próximos, não sendo decorrência de deslocamento ou migração campo/cidade².

O segmento da população em situação de rua “se apresenta como uma expressão da questão social, na medida em que é o resultado das imensas desigualdades sociais, nas quais o Brasil é campeão, desenvolvidas a partir da relação capital/trabalho” (Alves, 2001, p. 3). Acabam sendo explorados financeiramente e do pouco que ganham parte significativa vai para custear a dependência e abusos de substâncias (lícitas, ilícitas ou prescritas) que

² Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua – 2008. Disponível em: http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/julianafernandes.pdf

“ajudam” a suportar as condições hostis e desumanas das ruas. Muitos desejam sair das ruas, tratar o vício e reconquistar os laços familiares. Para o grupo em situação de rua integrantes do projeto de geração de renda da Revista Traços, sair das rua representa, entre outras coisas:

“buscar ajuda para tratar o vício das drogas; poder arranjar um trabalho, estudar e fazer uma faculdade; conquistar uma casa própria; constituir uma família; reconquistar os filhos, a família; voltar para os caminhos do Senhor e ter a família de volta; estudar e poder passar num concurso público para trabalhar e poder contar com uma aposentadoria no futuro” (falas dos porta-vozes durante oficina do projeto moradia coletiva da Revista Traços, 2015).

O projeto da Revista Traços, como entidade não governamental, se propõe a desenvolver e consolidar um modelo de geração de renda e conquista de moradia, que juntos, contribuam com a reinserção social de pessoas e famílias em situação de rua. Tal iniciativa caminha junto com as principais políticas públicas sociais e órgãos responsáveis por sua implementação, a fim de garantir o máximo de apoio e suporte à reestruturação de direitos e garantias sociais da população em situação de rua.

Desta forma, no transcurso do projeto de geração de renda com a capacitação dos integrantes para se tornarem Porta-vozes da Cultura do DF, através da venda da Revista Traços, nasceu o Projeto da Moradia com o desafio de captar recursos para custear aluguéis sociais, a fim de que os porta-vozes consigam um lugar para morar e possam se estruturar melhor para acessar com efetividade serviços psicossociais.

O projeto das **moradias** está alinhado com as diretrizes e objetivos da Política Nacional³ para a população em situação de rua. Entre outras importantes recomendações, as diretrizes apontam para a produção de ações que adotem um padrão de qualidade, segurança e conforto que esteja pautado nos princípios de respeito e garantia de direitos, sem prescindir de um serviço humanizado que leve em consideração as condições socioculturais deste público heterogêneo.

10. ACOMPANHAMENTO

O acompanhamento consiste em um conjunto de intervenções desenvolvidas de forma continuada, a partir do estabelecimento de compromissos entre o porta-voz e os profissionais, que pressupõem a construção de intervenções e atuações na

³ Decreto n. 7. 053 de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Decreto n. 33.779 de 06 de julho de 2012. Institui a Política para Inclusão Social da População em Situação de Rua do Distrito Federal e dá outras providências.

empregabilidade/empreendedorismo/renda e atendimentos psicossociais a serem alcançados em mediações periódicas, a fim de superar, gradativamente, as vulnerabilidades vivenciadas.

10.1 GRUPO-FOCAL COM ADULTOS

O trabalho será na metodologia do Grupo Focal que, de acordo do Gatti (2005), permite conhecer representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo da problemática focada. O grupo é “focalizado” no sentido de que envolve algum tipo de atividade coletiva. Pode envolver de 6, 8 a 12 pessoas, voluntárias a integrar o grupo. E, geralmente, é suficiente realizar de 4 a 6 grupos-focais (encontros) dentro da investigação. Uma vez alcançado informações suficientes, encerra-se o processo. O roteiro elaborado e o processo grupal não devem ser utilizados de maneiras rígidas, mas com certa flexibilidade.

Entre outros fatores usa-se a técnica quando se quer compreender as diferenças de ideias, as motivações que subsidiam as opções, os porquês de determinados posicionamentos, e quando se deseja compreender os fatores que influenciam as pessoas e o modo pelo qual são influenciadas umas pelas outras. Não se recomenda a técnica quando se deseja chegar a um consenso com o grupo, ou se deseja que o grupo seja educativo, quando se busca por informações delicadas que não podem ser partilhadas no grupo, quando o ambiente está emocionalmente carregado e quando não for possível assegurar certa confidencialidade das informações fora do grupo (Gatti, 2005).

Grupos focais são eficientes na etapa de levantamento de dados e estão alinhados a pesquisas qualitativas, considerando a visão dos participantes em relação a uma experiência ou a um evento. “Busca-se obter a compreensão de seus participantes em relação a algum tema, através de suas próprias palavras e comportamentos” (Antoni, C. de, Martins, C., Ferronato, M. A., Simões, A., Maurente, V., Costa, F., & Koller, S. H., 2001, p. 2-3).

PARTICIPANTES

Pessoas em situação de rua que encaminhados através do projeto de geração de renda da Revista Traços, Brasília - DF.

LOCAL

Os encontros com o grupo focal ocorrerão no Centro Especializado de Atendimento à População em Situação de Rua do DF, Centro POP 903 Sul, Asa Sul, Brasília - DF.

☐ EQUIPAMENTO

Gravadores de áudio MP3.

Material lúdico utilizado em intervenções com grupos.

☐ INSTRUMENTO

Roteiro para a realização dos grupo com base em temas de investigação e objetivos de cada encontro.

- Entrevista semi-estruturada
- Desenho história-tema
- Colagem de figuras
- Completamento de frases

☐ PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para realização dos encontros será necessário uma equipe multidisciplinar (psicólogos, assistente sociais, educador popular, educadores sociais, educadores-terapeuticos e facilitadores) integrantes da Equipe Social da Traços.

Todos os encontros serão gravados em áudio (MP3) e posteriormente transcritos e digitados para análise, resguardando o sigilo do participante..

Pretende-se realizar de 4 (quatro) encontros com o grupo conforme mencionados abaixo:

1º ENCONTRO:

- Tema: Meu corpo, minha primeira morada.
- Objetivo: Dar-se conta da experiência interior como estruturante do sujeito.
- Apresentação/aquecimento: Escrever o nome bem grande no papel. O que sabem sobre o nome? Quem imaginam que escolheu o seu nome? Meu corpo, minhas marcas (cicatrizes), histórias.
- Discussão:
- Encerramento: Bater palmas com uma intensidade proporcional ao gosto despertado por cada atividade.

2º ENCONTRO:

➤ Tema: O viver nas ruas.

➤ Objetivo: conhecer os sabores e dissabores da vida na rua.

➤ Apresentação/aquecimento:

Discussão: O que falam sobre a vida nas ruas: realizações, decepções, expectativas, as representações do viver nas ruas. O que gostam nas ruas?

Encerramento.

3º ENCONTRO:

➤ Tema: O sentimento de grupo.

➤ Objetivo: Despertar o sentimento de pertença ao grupo e o convívio do convívio social.

➤ Apresentação/aquecimento:

Discussão: Quais os desafios a serem trabalhados e os valores a serem construídos para o sucesso do convívio comunitário? Identificar fatores que fortaleçam a consolidação da residência coletiva.

Encerramento.

4º ENCONTRO:

➤ Tema: Das ruas para uma casa.

➤ Objetivo: Construir a transição das ruas para a casa.

➤ Apresentação/aquecimento:

Discussão: critérios de inclusão. Qual a importância de um contrato de convivência? Qual o tempo estipulado? O que é permitido e o que não é permitido? Qual a importância das regras de convivência? Qual a importância dos limites, responsabilidades e direitos. Qual o padrão de convivência que garanta qualidade, segurança e conforto no convívio social?

Encerramento.

10.2 INTERVENÇÕES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este trabalho será construído em conjunto com parceiros da Rede Social a partir dos interesses das crianças e adolescentes, através de articulação para reinserção sociocultural e

poliesportiva promovendo ações de inclusão e participação nos diversos espaços de lazer e cultura da cidade. Nossa proposta metodológica, entre outras ações, abarcará:

1. Rodas de Conversa;
2. Oficinas (grafitti, break, rap, capoeira, comunicação, artes, etc);
3. Grupo de supervisão e reflexão;
4. Estudo de caso;
5. Articular lazer com entidades poliesportivas (Sesc, Sesi, Clubs, etc);
6. Eja com o Pronatec – IFB;
7. Cotas no Jovem Aprendiz;
8. Cursos Profissionalizantes (SESI-Vira Vida, SENAI);

11. ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL

11.2 Acompanhamento Individual

O acompanhamento individual tem por objetivo assegurar o atendimento das pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, bem como de emergência social. Assim como compreender e intervir, (quando necessário), nas respostas e demandas apresentadas pelos parceiros compreendendo todo contexto histórico e dialético no qual estão inseridos para o desenvolvimento e autonomia dos mesmos.

- a) Informar, orientar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação; (direito à moradia, direitos humanos, assistência jurídica, acesso à alimentação, acesso à saúde);
- b) Verificar as situações de vulnerabilidade social e intervir juntamente com os parceiros;
- c) Encaminhar para as redes de serviços socioassistenciais (CENTRO POP, SUS, CRAS, CREAS, CAPs, SUAS, CONSELHO TUTELAR, etc.) (REDES)
- d) Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento de vínculos e das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e fortalecendo as redes de suporte familiar e social;
- e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social e ao mercado de trabalho formal ou autônomo;
- f) Mobilizar os recursos (físicos e financeiros) da comunidade, no qual os parceiros com imóveis alugados estão inseridos.
- g) Estimular a autonomia pessoal, social e profissional;
- h) Minimizar danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas.
- i) Entender junto ao parceiro suas dificuldades e limites e propor mudança junto ao mesmo.

11.2.2 Estrutura dos encontros individuais

Os encontros individuais ocorrerá semanalmente, com duração de 30 minutos ou mais (dependendo do caso a conversa poderá ser estender um pouco mais) com cada parceiro que se encontrar na fase 2º do projeto, isto é, aqueles que estiverem inseridos na comercialização da revista, identificados como porta-vozes da cultura. Durante todo o acompanhamento o profissional deverá verificar a necessidade dos demais atendimentos fornecidos pela rede de serviços consolidados e articular o atendimento para o porta voz. Portanto o acompanhamento se estrutura em três momentos:

1º traçar um plano individual de trabalho. A primeira conversa com os porta-vozes será voltada para a compra e venda das revistas, a fim de compreender como está a situação do mesmo no planejamento financeiro.

2º Identificar as dificuldades e o comprometimentos com os acordos. Verificar junto ao porta-voz qual sua maior dificuldade no cumprimento dos acordos.

3º Contribuir para um planejamento financeiro (Já citado acima), incentivo a projeto de vida, restauração de vínculos e atuar nas demandas propostas ao longo do acompanhamento.

11.3 Acompanhamento Coletivo

O acompanhamento coletivo é uma ferramenta que promove o diálogo e o compartilhamento de informações, constituindo como uma abordagem voltada ao processo educativo, se estrutura em rodas de conversas, mediação, terapia comunitária e narrativa, com os porta-vozes/parceiros que será realizado pela equipe interdisciplinar e poderá contar com a participação de convidados.

A roda de conversa é um momento no qual o porta-voz tem a oportunidade de expressar seus pensamentos de maneira informal, é uma atividade fundamental para ampliar sua competência comunicativa. Requer intencionalidade educativa, planejamento e reflexão constante. É um momento de interação que deverá conter um mediador⁴ para que todos possam exercitar o processo de escuta coletiva.

Para isso é importante que o mediador da roda de conversa esteja atento à fala dos porta-vozes, para mediar e participar, atribuindo sentido às mesmas. O mediador deve ter um

⁴ *O Mediador é uma terceira pessoa independente e imparcial que não decide, não sugere soluções e não presta assessoria jurídica nem técnica. Tem como principal função a facilitação da comunicação entre os mediados. Essa facilitação é feita através de técnicas próprias da mediação. – ser função do grupo em situações específica*

real interesse por sua fala atribuindo-lhe sentido comunicativo desde as mais simples enunciações.

11.3.1 Objetivos da Roda de Conversa

Ampliar a competência comunicativa criando possibilidades no plano verbal, oportunizando que o porta-voz seja capaz de:

- a) Ser autor (a) de seus pensamentos.
- b) Narrar suas experiências vividas ou imaginadas.
- c) Fazer uso da linguagem por prazer.
- d) Interagir com o outro, construindo sua objetividade.
- e) Coordenar diferentes pontos de vista.
- f) Relacionar novos conhecimentos com suas vivências e conhecimentos anteriores.
- g) Aprender ouvir o outro.
- h) Ampliar sua oralidade.
- i) produzir acordos coletivos de convivência.

11.3.2 Situação para atuar como mediador

- Atribuir intenção comunicativa a fala do porta-voz, ajudando a explicitar suas ideias, tornando-as compreensíveis.
- Planejar a roda de conversa com intencionalidade educativa, através de assuntos contexto alisados que faça parte da vivência ou seja temas sugeridos pelos mesmo, propondo temas interessantes, assegurando a naturalidade de fala e escuta.
- Deixar espaço e tempo para os porta-vozes coordenarem pontos de vista diferentes e criar condições de se expressar, sendo autor (a) de suas falas.
- Validar os discursos elaborados na conversa, valorizando o que o porta-voz contou, propondo ganchos de conversa, estimulando o grupo a continuar o assunto.
- Conhecer e respeitar as características do discurso narrativo do porta-voz, considerando o pensamento sincrético.
- Permitir que os porta-vozes fiquem a vontade com relação à solicitação postural.
- Saber que, assim como uma conversa dentro das práticas sociais reais, os interlocutores mudam a temática rapidamente, no contexto vivido o assunto também é

alterado, considerando as conexões que os porta-vozes estabelecem e a participação do grupo.

- Ajudar o porta-voz a construir seu discurso por meio de perguntas que auxiliam a costurar uma conversa duradoura como: “ O que você viu?”, “Como ela era?” “Qual sua opinião sobre?”, etc.

- Ter clareza que a roda de conversa não tem como objetivo passar conceitos, dar conselhos ou lições de moral.

- Ser flexível em relação ao tempo, pois a roda deve durar enquanto houver interesse dos porta-vozes.

11.3.3 Estrutura dos encontros coletivos:

Os encontros coletivos ocorrerá, num primeiro momento, quinzenalmente nos períodos matutino (a ser definido com o grupo). O grupo poderá ser composto por um público diverso ou separado por áreas de afinidade ou interesse, as reuniões poderá ser executada no Centro Pop, na Escola Meninos e Meninas do Parque ou outros locais que disponibilize de uma estrutura mínima para manter o grupo (banheiro, bebedouro...). O primeiro encontro será para investigar os conhecimentos prévios do grupo sobre o tema que ajudem a levar para a prática os debates feitos durante o encontro. A estrutura dos encontros coletivos se dará da seguinte maneira:

- Participantes: 10 a 30 pessoas
- Tempo Estimado: 30 - 40 minutos
- Modalidade: Debate, atividades lúdicas, etc.
- Objetivo: Estimular a participação de todos por igual nas reuniões e evitar interrupções paralelas.

Material: A ser definido

1º momento: Começar com dinâmicas auto-construtivas de interação, duração 10 - 20 minutos.

2º momento: Estimular a troca de informações e conhecimento. Os participantes podem responder as perguntas, relacionadas ao tema proposto, em ordem pré-determinada (ex.: da esquerda para a direita) ou voluntariamente. Caso opte por deixar os participantes responderem espontaneamente, lembrando que um dos objetivos de cada atividade é fazer as pessoas falarem e interagirem, portanto necessário que todos no grupo contribuam.

3º momento: Encerramento do encontro com lanches (caso tenha recurso), e com datas pré-definidas para o próximo encontro

11. REFERÊNCIAS

- ANTONI, C. de et al. **Grupo Focal: método qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 53(2), 38-53, 2001.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARTER, B., MCGOLDRICK, M.,; Col. **As mudanças do ciclo de vida familiar – uma estrutura para a terapia familiar**. 2ed. Porto Alegre, Cap. 8, 1995.
- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em: <<http://www.dudh.org.br/>>. Acessado em: 04 abr 2016.
- DINIZ, G. R. S.; ANGELIM F. P. **Violência Doméstica - Por que é tão difícil lidar com ela?** Instituto de Psicologia da UnB. Revista de Psicologia UNESP, 2(1), 2003.
- DINIZ, G. R. S.; DIAS, M. P. **Violência Doméstica no Distrito Federal: o aumento sistemático das denúncias**. Instituto de Psicologia da UnB - PPG, artigo em processo de análise para submissão a revista científica, 2016.
- FALEIROS, V. P. **Cuidado e atenção psicossocial: discussão conceitual e nas políticas públicas**. Palestra proferida em 16 de outubro de 2014 na UNISUL – Pedra Branca.
- FRANÇA, D. B. ; Col. (2016). **Cuidando de quem cuida: capacitação dos profissionais da rede socioassistencial do Distrito Federal**. Aldeias Infantis SOS Brasil e Instituto Berço da Cidadania. Brasília - DF.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- GATTI, B. A. **Grupo Focal na Pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Série Pesquisa em Educação, v. 10, Liber Livro Editora, 2005, pp. 75.
- INSTITUTO DE BIOÉTICA, DIREITOS HUMANOS E GÊNERO – ANIS. **Radiografia dos Homicídios por Violência Doméstica contra a Mulher no DF**. 2016. Disponível em: http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/nucleos/nucleo_genero/publicacoes/Pesquisa_ANIS_Radiografia_homicidios_violencia_domestica.pdf
- LESCHER, A. D.; BEDOIAN, G. (Org.). **Projeto Quixote - Setor de Ensino. Textos de Apoio**. 2007. Disponível em: <file:///G:/Documents/Revista%20TRAÇOS%20-%20Centro%20POP%20e%20Intervenções/Projeto%20Pixote.pdf>
- MILANESE, Efreim. **Tratamento Comunitário: manual de trabalho I**, 2012. 316 pp.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **SUAS e População em Situação de Rua**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/julianafernandes.pdf>. Acesso em: 10 dez 2015.
- _____. **População em situação de rua – Institucional: Quais normativas regem a atenção à População em Situação de Rua no âmbito do SUAS?** Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/pse-protacao-social-especial/centro-pop/populacao-de-rua-institucional>. Acesso em: 5 dez 2015.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto N° 7.053** de 23 de dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em: 25 nov 2015.

_____. **Decreto N° 33.779**, de 06 de julho de 2012. Disponível em: <http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=72258>. Acesso em: 25 nov 2015.

OLIVEIRA, W. F. de. **Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 14, n.1, 2007. p.135-158.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11ª ed., Campinas – SP, Editora: Pontes, 2013.

REVISTA TRAÇOS. Griô Produções, 1ª e 2ª ed. nov e dez 2015, Brasília – DF.

Kantorski LP, Coimbra VCC, Demarco DA, Eslabão AD, Nunes CK, Guedes AC. A importância das atividades de suporte terapêutico para o cuidado em um Centro de Atenção. Rev. enferm. saúde, Pelotas (RS) 2011 jan-mar;1(1):4-13.

RIZZINI, I. (Coord.). **Vida nas ruas, crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro: PUC Rio. 2003.

SALZGEBER, S. B. **Adolescentes em situação de rua: desafios e possibilidades**. Revista Responsabilidade, v. 1, n. 2, p. 323-343. Belo Horizonte – MG, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero - Patriarcado - Violência**. São Paulo, Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

WAISELFISZ, J. J. (2015). **Mapa da Violência – adolescentes de 16 a 17 anos no Brasil**. 2016. Disponível em : http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_adolescentes.php